UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (FFLCH)
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA JAPONESA

THIAGO ALVES CARDOSO

A POLÍTICA DE DEFESA DO JAPÃO E AS TEORIAS REALISTAS.

SÃO PAULO
2019

THIAGO ALVES CARDOSO

A POLÍTICA DE DEFESA DO JAPÃO E AS TEORIAS REALISTAS.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Língua, Literatura e
Cultura Japonesa da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Cultura Japonesa

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Uehara

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C257p   Cardoso, Thiago
              A Política de Defesa do Japão e as Teorias
              Realistas. / Thiago Cardoso ; orientador Alexandre
              Uehara. - São Paulo, 2019.
              80 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de
concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

1. Política de Defesa do Japão. 2. Teorias
Realistas de Relações Internacionais. I. Uehara,
Alexandre, orient. II. Título.

CARDOSO, T. A. **A Política de Defesa do Japão e as Teorias Realistas.**
Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Uehara (Orientador)

Presidente da banca

_____

Prof. Dr. Paulo Daniel Watanabe

Instituição: São Judas

_____

Julgamento: _____

Prof. Dr. Antonio Genivaldo de Oliveira

Instituição: PUC

_____

Julgamento: _____

Prof. Dr. Silvio Yoshiro Mizuguchi Miyazaki

Instituição: USP

_____

Julgamento: _____

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a meu orientador, por acreditar no projeto e pela paciência em ajudar-me a compreender e a moldar esta dissertação. Sem seu apoio não teria chego ao final desta etapa.

Agradeço ao professor e amigo Paulo Watanabe que me motivou a acreditar em um projeto de pesquisa sobre o Japão que escrevi no início da graduação. Eu jamais imaginei que aquele projeto seria meu tcc na faculdade, a base de meu projeto de pesquisa para o mestrado e depois de muitas mudanças, minha dissertação.

Ao meu Irmão Sergio Cardoso, por sempre ser um exemplo de coordenador, líder, amigo e guerreiro. Sua resiliência e inteligência sempre me inspiraram a lutar com mais força e a jamais desistir. A minha Mãe, Claudete Marques, por todo o cuidado e carinho.

A meu saudoso Pai, Sergio Lopes Cardoso, você sempre foi e sempre será o maior homem, o mais carismático, meu primeiro mestre e exemplo que levo em meus pensamentos todas as vezes que entro em sala de aula, para mais um dia com meus alunos (amigos).

Aos meus queridos amigos do NUPRI/GEASIA, Barbara Dantas, Genivaldo Oliveira, Kelly Ferreira, Ivan Gomes, Valdir, Ernani Oda, Gabriel Hennoch, Prof. Tonooka, Newton Hirata, Professor Alexandre Uehara (novamente) e os demais colegas, vocês foram ótimos, me inspiraram e motivaram muito durante esses mais de três anos de reuniões.

Aos meus Mestres que me inspiraram por toda a vida, desde a escola, ensino médio, curso técnico, meus dias de FMU, nas matérias do mestrado e mesmo no karatê. A meus alunos, pela inspiração, força, amizade, carinho, palavras de conforto, longas conversas, e sempre me dizer que eu ia conseguir mesmo quando eu queria abandonar a tudo. Obrigado por terem sido a minha base.

Agradeço a Deus por todos os desafios, hoje vejo que era a única maneira para me tornar mais forte.

RESUMO

CARDOSO, T.A. **A Política de Defesa do Japão e as Teorias Realistas**. 2019 80f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2019.

A política de defesa do Japão consiste na manutenção de forças defensivas e do acordo de segurança mútua que mantém com os Estados Unidos. A Constituição do Japão que foi imposta por Washington durante a Ocupação do País pelas forças dos aliados, conta com um artigo onde o Japão renuncia ao seu direito a guerra. A soma destes fatores constitui as bases da política de defesa do Japão que permitiu ao País sua reconstrução econômica sem se preocupar com segurança, durante a Guerra Fria. Analisaremos a política de defesa do Japão pela ótica das teorias Realistas, partindo do pressuposto que o sistema internacional e seus incentivos moldaram a política externa e de defesa do Japão desde sua abertura as relações internacionais até os dias de hoje. Analisaremos o período inicial (1872-1945) pelo Realismo Clássico, onde as ações de autoajuda do Japão o levam ao período da expansão militarista. O pós ocupação pelo Neorrealismo, uma vez que o alinhamento voluntário da política externa com a dos Estados Unidos pode ser explicado pelo “Bandwagoning”, proposto por Kenneth Waltz.

O período do final da Guerra Fria quando o Japão havia se tornado uma potência econômica (anos 60), mas manteve a Doutrina Yoshida e não expandiu seu poder militar, será analisado pelas prerrogativas Pós Realistas.

Palavras-chave: Política de Defesa, Realismo, Doutrina Yoshida, Ocupação, Relações Internacionais, Forças Defensivas.

ABSTRACT

CARDOSO, T.A. **Japan's Defense Policy and the Realist Theories**. 2019 80f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2019.

Japan's defense policy consists in keeping defensive forces and the mutual security agreement with the United States. Japan's Constitution, that was imposed by Washington during Japan's occupation by the allied forces, has an article through which Japan renounces its right to wage war. The sum of these factors constitutes the bases of the Japanese defense policy that allowed the country its economic reconstruction without having to concern about its international security during the cold war. We will theoretically analyze Japan's defense policy through the premises of the Realist theories, assuming that the international system and its incentives have molded Japan's foreign and defensive policies since its opening for international relations until the present. We will analyze the initial period (1872-1945) through Classical Realism, where Japan's self-help actions take it to the militarist expansion period. The post-occupation period will be analyzed through Neorealism until 1960, once the alignment of Japan's foreign policy with the United States was voluntarily kept in exchange for security, being best explained through as a "Bandwagoning" action, as proposed by Kenneth Waltz. The final period of the Cold War when Japan had already become an expressive economic power (the 60's), but kept the Yoshida Doctrine and didn't expand its military power, will be analyzed through the Post Realist Prerogatives.

Keywords: Defense policy, Realism, Yoshida Doctrine, Occupation, International Relations, Defensive Forces.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teorias Realistas, Autores, Períodos, Marcos e Justificativas...	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEO – Comissão para o Extremo Oriente

EUA – Estados Unidos da América

FAD – Forças de Autodefesa do Japão

MSA – *Mutual Security Agreement*

ONU – Organização das Nações Unidas

PLD – Partido Liberal Democrata do Japão

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Teorias Realistas.....	15
1.1 O Realismo Clássico.....	17
1.2 O Neorrealismo.....	21
1.3 O Neorrealismo Defensivo.....	24
1.4 O Neorrealismo Ofensivo.....	26
1.5 O Pós-Realismo.....	28
1.6 Considerações Preliminares.....	30
2 – A Modernização do Japão e o Realismo Clássico: Sobrevivência e Desenvolvimento Nacional.....	34
2.1 Modernização, Ocidentalização e Independência.....	36
2.2 O Expansionismo Japonês e o Realismo Clássico.....	39
2.3 Guerra Contra a China e Guerra Contra a Rússia.....	41
2.4 Conflito de Interesses com os Estados Unidos e a Guerra do Pacífico.....	43
2.5 Considerações Preliminares.....	48
3 – A Ocupação e a Reinserção Internacional do Japão Durante a Guerra Fria.	51
3.1 As Bases da Política de Defesa do Japão após a Segunda Guerra Mundial..	52
3.2 A Doutrina Yoshida.....	55
3.3 A Guerra da Coreia e a Criação das Forças de Autodefesa do Japão.....	57
3.3 O Tratado de Segurança Mútua com os Estados Unidos e o Retorno da Soberania ao Japão.....	60
3.4 A Revisão dos Tratados de Segurança e a Reinserção Internacional do Japão.	63
3.5 A Política de Defesa do Japão no Final da Guerra Fria e o Pós-Realismo.....	66
Conclusão.....	72
Referências Bibliográficas.....	75

INTRODUÇÃO.

A política de defesa do Japão foi marcada pela influência dos ocidentais, tanto na necessidade de proteger o País contra possíveis invasões, como na incorporação das técnicas e tecnologias estrangeiras durante a modernização do Japão após a restauração Meiji. Após a derrota do País na Guerra do Pacífico, novamente a interveniência dos ocidentais é notada durante e após a ocupação do Japão, em especial nas relações com os Estados Unidos.

Podemos observar de maneira preliminar que a condução da política externa do Japão foi, ao longo de sua história moderna, pensada de modo a compreender o quebra-cabeça geopolítico e a distribuição de poder pela Ásia e pelo mundo, de maneira a assegurar o posto de potência ao Japão.

Neste estudo analisaremos a formação da política de defesa do Japão, sob a ótica realista, utilizando o Realismo Clássico, Neorrealismo e Pós-realismo para explicar diferentes momentos que foram essenciais para a formação da política de defesa do Japão como a conhecemos hoje.

Nossa escolha pelo realismo se deu pelo fato que a teoria tem em vistas explicar as dinâmicas de poder no sistema internacional, sob uma visão racional, a nível sistêmico, focada na sobrevivência dos Estados e nas ações de autoajuda que estes realizam em seu próprio favor, além do equilíbrio das relações geopolíticas.

No primeiro capítulo, analisaremos as premissas teóricas do Realismo Clássico, Neorrealismo e Pós-realismo com o objetivo de diferenciá-las e expor os termos relevantes para nossa análise de como se deu o desenvolvimento da política de defesa japonesa por uma ótica sistêmica.

No capítulo dois, analisaremos os fatores que levaram o Japão a buscar poder militar e econômico, após sua modernização no final do Século XIX. Revisaremos os principais fatos históricos, a visão estratégica intrínseca nas decisões tomadas e a ligação com o Realismo Clássico, presente na Realpolitik (dinâmicas de Poder ou

Power Politics) almejando explicar como as ações militares japonesas conduzidas durante a primeira metade do Século XX culminaram na ocupação do Japão pelas forças dos aliados, período no qual os pilares da política de defesa foram estabelecidos (impostos) pelos norte-americanos da maneira como seria conduzida durante a Guerra Fria.

No terceiro capítulo, a reconstrução do Japão será analisada bem como a formação da aliança de segurança com os norte-americanos pelo Neorrealismo, focando no fenômeno chamado por Waltz de “Bandwagoning”. Pensamos que por um lado tanto a criação dos tratados de segurança como das forças de autodefesa foram uma imposição dos EUA, mas podemos perceber os interesses japoneses de reconstruir o país e reinseri-lo internacionalmente sem ter que se preocupar com a segurança, na política de alinhamento com os EUA pensada por Shigeru Yoshida e conduzida por décadas pelo Japão.

Analisaremos também o Japão já desenvolvido economicamente, mas dotado de capacidades militares medianas, incompatíveis com as expectativas de Waltz. Pensaremos o final da Guerra Fria pela lógica observada por Stephen Brooks e elencaremos as razões para que o Japão não se armasse ofensivamente de modo a ostentar um poder militar do mesmo porte de seu poder econômico, pelas premissas do que o autor chama de Pós realismo.

1. TEORIAS REALISTAS.

As teorias realistas objetivam explicar as relações de poder entre os Estados no sistema internacional. No caso da defesa nacional do Japão, nosso objeto de estudo, a própria/mera noção de proteger o Arquipélago da presença dos ocidentais foi proveniente da ameaça de poderes estrangeiros exercerem dominação sobre o Japão no final do Século XIX. A decisão do Japão em modernizar-se e expandir sua influência pela Ásia de modo a tornar-se uma potência, é um ponto que analisaremos a luz do realismo, com base no pressuposto de que o governo Meiji viu como principal alternativa, exercer poder sobre territórios menos desenvolvidos pela Ásia.

Quando falamos em realismo, pensamos uma corrente teórica em relações internacionais que busca analisar as relações de poder entre os Estados, bem como sua distribuição no sistema internacional.

O realismo clássico pensado por Maquiavel, Hobbes e Morgenthau, coloca os Estados como os principais atores do sistema internacional. Racionais e maximizadores de Poder, que têm como objetivo maior em comum sobreviver. Partindo do pressuposto que a natureza do homem é má e egoísta e que o uso da força é algo inevitável, versa sobre como a natureza humana influencia o comportamento dos Estados em um sistema internacional relativamente anárquico, por ser desprovido de um poder superior para regular as relações entre eles e punir os agressores (HOBBS, 2006).

A teoria foi revisitada com o passar das décadas para compreender e explicar de maneira mais abrangente as relações de segurança no sistema internacional conforme veremos a seguir.

O Neorrealismo de Kenneth Waltz (1979) busca explicar as dinâmicas relações de poder no sistema internacional. Postula que a guerra é uma possibilidade constante no sistema, o que significa que os Estados devem estar preparados ou a mercê de seus vizinhos mais poderosos (p.102). Este fato leva estes atores a rever suas capacidades militares de modo a balancear poder em sua região de inserção

geográfica. Estas ações trazem uma sensação de medo a seus vizinhos, que por meio das mesmas ações de autoajuda, buscam aumentar sua sensação de segurança em relação ao Estado que se reforçou primeiro, por meio de fortalecimento militar. Esta reação em cadeia é chamada dilema de segurança (HERZ, 1950) e representa a busca por segurança dos Estados.

O Pós-realismo (BROOKS, 1997. p.11) compreende que os países observam a probabilidade de agressão em detrimento da possibilidade, bem como os custos econômicos de se armar ofensivamente. Logo, a ação de buscar maximizar poder militar será condicionada a dois fatores: o efeito que a militarização teria sobre seus vizinhos influenciando assim o nível de tensão presente no dilema de segurança regional, e os custos econômicos que a militarização ofensiva pode causar ao País, comprometendo-a ou não. A ideia central é de que os países observam o equilíbrio do dilema de segurança e a manutenção de sua posição no sistema internacional, ostentando poder militar suficiente para tal.

O realismo clássico serviu como norte para a construção da base estratégica da expansão do Japão no início do Século XX. Lemas como “Enriqueça o país, fortaleça o exército¹” expressam a determinação em transformar o Japão em uma potência internacional, e assim exercer Poder no sistema ao invés de ser ocupado pelos ocidentais.

Kenneth Waltz (1979), analisa que os Estados ampliam seu poder militar de modo a pará-lo ao seu poder econômico. O autor classifica o caso japonês como uma anomalia, dado o fato que o Japão não se militarizou ofensivamente após reinserir-se no sistema internacional como uma potência econômica mundial no pós-guerra.

O Pós-realismo de Stephen Brooks (1997, p.5) que compreende o dilema de segurança e os custos econômicos como fatores intervenientes nas escolhas dos países por se armar ou não, foi utilizado por Tsuyoshi Kawazaki (2001) para explicar

---

¹ Fukoku Kyohei ou “País rico e força militar” (WATANABE, 2012. P.8)

as razões pelas quais o Japão não se militarizou ofensivamente durante a segunda metade da década de 60 e dos anos 70, quando a estabilidade da aliança de segurança com os Estados Unidos se estremeceu em virtude dos “Choques de Nixon” e da iminência de o Japão ter de arcar com a própria segurança a época. Estes fatores constituem assim, um outro exemplo da pertinência do Realismo em explicar as escolhas do Japão em sua política de defesa nacional.

1.1 O Realismo Clássico.

O Realismo Clássico teve suas origens nas obras de autores do mundo antigo, como Sun Tzu (A arte da guerra do Século IV a.c), Tucídides (A guerra do Peloponeso do Século V a.c), Tito Lívio (Discorsi de 1531) e Richelieu (Testamento Político de 1624) que analisaram as dinâmicas da guerra e o mecanismo de equilíbrio de poder entre os Estados. Para esta análise manteremos o foco em obras de autores como, “Da Guerra” de Carl Clausewitz (1832), “Poder entre as Nações” de Hans Mogenthau (1948) e “Paz e Guerra Entre as Nações” de Raymond Aron (1962) “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel (1995), “O Leviatã” de Thomas Hobbes (2006) por tratarem das dinâmicas de poder no sistema internacional de maneira mais próxima.

Maquiavel trata a política como uma constante busca pela conquista e manutenção de poder, ao invés de uma ferramenta para o bem comum. Em sua obra clássica, O Príncipe, trata os estratégias e as formas de se governar para que o príncipe possa manter-se no poder. Faz também uma distinção entre moral e política, tendo como seu objeto de análise o fenômeno do poder formalizado na instituição do Estado monárquico.

O autor afirma também em sua obra (1995), que ao analisar o passado há a possibilidade de se prever o futuro com base nas circunstâncias em comum com o passado. E na impossibilidade de utilizar as práticas passadas que se mostraram eficazes, deve se levantar novos pressupostos e verificar outros cursos de ação. Sua análise conclui que o Estado não pode jamais abster-se do poder, e caso o faça se

extinguirá. Também discorre sobre a natureza dos governantes, assumindo que os homens são egoístas e ambiciosos, e que só se afastam de práticas más, quando coagidos pela força da lei.

Analisa os Estados buscando não somente vislumbrar a ideal maneira como deveriam comportar-se, mas de modo a verificar o seu real comportamento construindo assim formas empíricas de se manipular a política para maximizar e centralizar poder. Faz uma distinção entre moral e política, tratando a segunda como um meio de o príncipe manter-se no Poder (MACHIAVELLI, 1995).

Em sua obra “O Leviatã”, Thomas Hobbes descreve como seria a vida do homem sem o governo. Chama tal condição de “estado de natureza²” e o descreve como sendo uma condição onde coisa alguma teria condição de existir ou prosperar, pois em tal estado, a única constante é o medo da morte violenta e prematura. No estado de natureza todos são livres para fazer aquilo que quiserem e entram em uma condição que o autor chama de “Guerra de todos contra todos”.

De acordo com o filósofo, quando os homens escolhem viver em sociedade e por meio da política estabelecem um poder soberano (Leviatã) para lhes governar, abrem mão do direito natural que todos têm a todos os elementos deste mundo. Os homens transferem esse direito e vontade soberana ao governante em troca de proteção, conferindo assim legitimidade ao uso da força para fazer valer as leis que lhes governam, dando origem ao contrato social e o estabelecimento de uma sociedade civil (HOBBS, 2006, p.130).

Qualquer poder exercido pelo soberano do estado, deriva da vontade daqueles que abrem mão destes direitos naturais em troca de proteção, tornando assim os indivíduos coautores de suas decisões. Para Hobbes, o soberano deve controlar os

---

² Capítulo 13: Do estado de natureza humano tratando de sua felicidade e miséria.

“... Em tal condição, não há espaço para a indústria; porque o seu fruto é incerto: e consequentemente nenhuma cultura da terra; nenhuma navegação ou o uso das comodidades que podem ser importadas pelo mar; nenhum prédio cômodo, nenhum instrumento de locomoção ou remoção, tais coisas requerem muita força; nenhum conhecimento da face da terra; nenhuma medida de tempo; nenhuma arte; nenhuma carta; nenhuma sociedade; e o pior de tudo, medo contínuo e o perigo de uma morte violenta; e a vida do homem, solitária, pobre, nojenta, brutal e curta.” (HOBBS, 2006).

poderes eclesiásticos, militares, judiciários e a sociedade civil. O filósofo ainda afirma que o sistema internacional se encontra neste estado de natureza e que do mesmo modo que os indivíduos, os Estados também primam por sua sobrevivência, todavia, não há um Leviatã para prover proteção no sistema internacional.

Hans Morgenthau foi o fundador da “Power Politics School”, em sua obra “Power Among Nations” (1948) delimita o interesse nacional dos Estados em três pilares estruturais, a saber: território, governo e população. Ao afirmar que os Estados vivem em uma constante competição para assegurar a segurança de seus habitantes e a sua integridade territorial, reconhece que estes atores coexistem em estado de natureza.

Aron também discute a paz e a guerra entre os Estados, afirma que os mesmos são unidades políticas autônomas que só podem contar consigo mesmos e por isso são rivais, dado seu desejo de sobreviver ao longo do tempo. Deste modo a segurança pode estar presente na fraqueza do outro ou na própria força (ARON, 1962), todavia Aron reconhece que o único desejo dos Estados não é a sobrevivência³.

Morgenthau vê na cooperação entre os Estados, a confiança que existe entre estes traduzida em períodos de paz que se estendem por um curto espaço de tempo. O autor estabelece também, seis pontos estruturais inerentes ao Realismo Clássico:

A política possui leis objetivas baseadas na natureza humana, do mesmo modo que a sociedade.

O conceito de interesse em termos de poder, infunde ordem racional na política de modo a permitir seu entendimento teórico, uma vez que o interesse nacional sempre é garantido pelo uso do poder nacional. O Realismo não reinterpreta a realidade de modo a adequá-la a teoria e despreza a ideologia de líderes de Estado.

---

³ “É verdade que o homem quer sobreviver, individual ou coletivamente; mas o indivíduo não subordina todos os seus desejos a paixão: há certos objetivos pelos quais o indivíduo aceita um risco de morte. O mesmo acontece com as unidades coletivas, que não querem ser fortes apenas para desencorajar agressão e gozar a paz, mas para ser temidas, respeitadas ou admiradas.” (ARON, 1962)

O pensamento Realista reconhece que os interesses em política externa das nações variam de acordo com seu contexto cultural e político e que são dinâmicos ao longo do tempo. Entende que “maximizar Poder” pode ter um sentido amplo.

Compreende a tensão existente entre ordem moral e as necessidades para uma decisão política de sucesso, mas prevê que a ordem moral deve ser observada através de circunstâncias apropriadas de tempo e lugar, uma vez que a formulação da ordem moral universal se dá de maneira abstrata.

O Realismo não relaciona as aspirações morais de um Estado com as leis morais que governam o universo.

A esfera política internacional é autônoma para o Realismo, uma vez que este é baseado na concepção pluralística da natureza humana.

Para Morgenthau, a política internacional é definida como uma luta por Poder. Em termos de paz, o autor aceita diplomacia e formas de distribuição de poder como alternativas válidas, já em tempos de guerra a estratégia militar toma lugar.

Estudioso da guerra, Carl Clausewitz (1832) define a mesma como a continuidade da política por outros meios, onde um Estado objetiva impor sua vontade sobre outro. A mudança do curso da política para o meio militar não a suspende e mesmo ações de guerra são restritas pela política, que continua presente no desenrolar da guerra até um subsequente retorno a paz.

O autor vê a guerra como um conjunto de ações, reações, decisões e retaliações em um contexto perigoso e repleto de incertezas e também como um fenômeno militar, político e social. Embora reconheça a importância de toda fonte de inteligência, verifica a proeminência da inteligência política e estratégica sobre a inteligência operacional e tática ao tratar da “neblina da guerra”, que são as contradições e imprecisões inerentes aos relatórios militares de inteligência, analisados a luz da tecnologia e economia contemporâneos ao autor.

Tal proeminência da inteligência política e estratégica vem do fato de tal imprecisão prejudicar o desenvolvimento de operações de guerra pelos

Comandantes, alheios ao campo de batalha. Suas experiências e estudos vêm de seu tempo como General do exército da Prússia no final do século XIX.

O Realismo Clássico vê o sistema internacional como anárquico, dada a isonomia entre a sua principal unidade de análise: os Estados. Estes têm como seu principal objetivo garantir a sobrevivência por meio da maximização, manutenção e demonstração de suas capacidades militares e econômicas que compõe o que é chamado de “Poder relativo” e de sua influência no meio em que se inserem de modo a dissuadir os outros de atacá-lo e assim influenciar o sistema e garantir a sua segurança. Trata das dinâmicas de Poder e de sua forma, distribuição e das relações internacionais como movimentos políticos dos Estados como atores racionais e independentes, propensos à autoajuda como principal recurso para atingir seus interesses nacionais.

1.2 O Neorrealismo.

O Neorrealismo de Kenneth Waltz, também chamado de Realismo estrutural rompe com o Realismo Clássico ao identificar a necessidade de uma teoria sistêmica que explique a política internacional, deixando de lado as características dos atores e com o foco na estrutura internacional. É salientado pelo autor que os atributos das unidades devem ser ignorados por meio da abstração de questões que envolvam líderes políticos, instituições econômicas e sociais, compromissos ideológicos e também interações culturais, econômicas, políticas e militares dos Estados (WALTZ, 1979). De acordo com o autor, a estrutura sistêmica é definida por três pilares, o princípio ordenador, o caráter das unidades e a distribuição das capacidades.

O princípio ordenador trata da isonomia inerente ao sistema internacional uma vez que este é anárquico e descentralizado dada a igualdade entre as unidades estatais. Tal anarquia e espontaneidade acabam por constranger os Estados, uma vez que as ações de autoajuda e a preocupação com a sobrevivência são pré-requisitos para os objetivos subsequentes como tranquilidade, lucro ou poder. A

estrutura do sistema pune ou recompensa o comportamento dos Estados, constringendo-os embora os mesmos possam agir livremente (WALTZ, 1979).

O caráter das unidades delimita os Estados como unidades do sistema político internacional sem diferenças em termos de funções mesmo que seu território, população e riquezas sejam diferentes. Ainda que sejam atores com papel semelhante, suas capacidades podem diferir em termos de poder relativo (econômico e militar).

A distribuição das capacidades figura como o terceiro pilar reconhecido por Waltz e diz respeito a estrutura do sistema. Tais capacidades não são características das unidades estatais mais e sim da estrutura tendo em vista que esta define a posição que cada estado ocupa, em termos de distribuição de poder. A distribuição de capacidades é um conceito sistêmico e uma mudança nessa distribuição significa uma mudança na estrutura (WALTZ, 1979). Da mesma maneira que uma mudança no princípio norteador poderia modificar a estrutura⁴ a mudança nas capacidades (por meio de alianças) também traria mudanças a estrutura do sistema, conforme veremos adiante.

Dados estes pontos Waltz coloca que a guerra é uma constante nas relações entre os Estados. A guerra pode ser iniciada a qualquer instante dada a capacidade dos Estados em optar pelo uso da força. Tal estrutura internacional constringe o comportamento dos estados e limita a cooperação entre eles. A predominância da autoajuda no sistema leva os Estados a buscarem sempre o máximo de independência possível em relação uns aos outros (WALTZ, 1979).

A questão central traduz-se na teoria do equilíbrio de poder. Uma vez que no sistema internacional imperam ações de autoajuda, os Estados as realizam

---

⁴ Waltz coloca que embora a anarquia gere consequências não desejadas, uma hierarquia no sistema internacional traria guerras e consequências catastróficas. A presença de um poder superior (administração central) capaz de proteger seus “Estados clientes” centralizaria Poder em excesso. Quanto maior o Poder do centro, mais os Estados entrariam em guerra um contra o outro para poder integrar esse poder de controle. Se a liberdade é desejada, a insegurança deve ser aceita. Portanto uma mudança na estrutura, traria consequências destrutivas ao sistema internacional (WALTZ apud DUARTE, 2011).

incrementando suas capacidades por meio de esforços internos e também de esforços externos formando alianças e coalisões.

A formação de balanças de poder é motivada pela anarquia sistêmica, uma vez que quando o equilíbrio é alterado pelas ações de autoajuda de um Estado, os outros tendem a buscar o equilíbrio novamente, buscando a manutenção de sua posição no sistema internacional. O conceito de “Balancing” trata de quando um estado acumula um elevado nível de poder relativo, gerando insegurança nos outros, que tendem a fortalecer seu aparato militar e/ou unir-se de modo a formar uma coalizão para assim balancear poder. Por outro lado, o “Bandwagoning” trata de quando Estados mais fracos se aliam ao estado hegemônico em busca de um aumento em sua segurança. (WALTZ, 1979 p.126).

Waltz também coloca que a principal preocupação dos Estados não é maximizar poder, mas manter sua posição no sistema (p.126) por meio da manutenção do equilíbrio de suas capacidades com a dos outros. Por mais que os estados não desejem viver em um ambiente hostil, precisam assegurar seus interesses. O rompimento do Neorrealismo de Waltz com o reducionismo do Realismo Clássico, leva a pensar o comportamento dos Estados no sistema internacional como um mecanismo racional movido pelas ações de autoajuda, a preocupação com sobrevivência, as relações de poder, os constrangimentos sistêmicos e a tendência ao conflito ao invés de ser explicados pelas características da natureza humana e o papel dos governantes e indivíduos.

O principal paralelo a ser observado entre o Realismo Clássico e o Neorrealismo está no nível de análise. Enquanto o Realismo Clássico dirige seu foco as questões internas, o Neorrealismo de Waltz atenta-se a razões estruturais como fatores explicativos e as relações de Poder entre os Estados como motivadas por conflitos de interesses com a razão final da sobrevivência.

Conforme veremos adiante, na ocasião da devolução da soberania ao Japão, o País já havia passado pelas reformas econômicas e políticas impostas pelos EUA, bem como recebido incentivos econômicos na forma de ajuda humanitária dos norte-

americanos, mas ainda não havia recuperado seu status de potência econômica. A continuidade do alinhamento em política externa e defesa entre os Países foi inicialmente uma imposição feita no período da ocupação, mas mantê-lo após reaver a soberania de modo a deixar a segurança do País se tornar uma incumbência norte-americana em troca da liberdade em política externa, mostra-se como uma escolha racional dados os incentivos sistêmicos da Guerra Fria. O “Bandwagoning” foi uma forma de reinserir o Japão econômica e internacionalmente, seguindo os incentivos dos interesses geopolíticos dos EUA em manter bases militares estratégicas em relação a URSS no território japonês, permitindo ao Japão direcionar sua atenção a sua própria reabilitação, mesmo com a tensão da Guerra Fria.

1.3 O Neorrealismo Defensivo.

Derivado do Neorrealismo, o Realismo Defensivo segue as mesmas razões estruturais deste e observa no sistema internacional anárquico um equilíbrio de Poder entre os Estados de modo a estes buscarem atingir um nível de segurança em relação aos outros e mantê-lo. Estes níveis de segurança são relativos e uma vez que se um estado maximiza seu Poder, esta ação gera insegurança nos outros, que fazem o mesmo. Essa situação leva os Estados a um dilema de segurança em sua busca por sobrevivência uma vez que, Poder é um ganho de soma zero: se determinado ator ganha Poder, outro perde.

O Realismo Defensivo partilha também de razões estruturais do clássico, e vê os Estados como entes racionais, auto interessados e em busca de Poder de acordo com os seus interesses. Estes são os principais atores de um mesmo sistema internacional em estado de anarquia, uma vez que todos são soberanos. Suas características internas, burocracia, instituições e escolhas em política externa acabam por influenciar o comportamento dos Estados no sistema internacional. A sobrevivência é o objetivo essencial dos Estados, que os leva a uma busca incessante por segurança.

John H Herz (1950) nos fala do modelo espiral, também conhecido como dilema de segurança, que é a razão essencial do Realismo Defensivo. No dilema de segurança, um Estado “A” busca por uma aliança com outros ou um aumento em seu poder militar por meio de esforços internos para aumentar sua segurança em relação aos outros Estados. Tal medida é interpretada pelos demais Estados, como uma ameaça a sua segurança logo, estes buscam medidas similares de modo a balancear o seu Poder relativo com o do Estado “A” que novamente, irá buscar um aumento em seu Poder, causando a repetição da reação dos demais⁵.

Essa constante busca por segurança baseada no aumento do poder relativo dos Estados e na reação dos outros de balanceá-lo leva a corridas armamentistas e a tensões que podem gerar conflitos, ainda que indesejados uma vez que segurança também é um bem de soma zero ou seja, para que um estado tenha a sensação de segurança outro deverá perdê-la.

A Teoria “Ofensiva-defensiva” nos ajuda a verificar a intensidade em que se encontra o dilema de segurança e afirma que há um equilíbrio tecnológico, geográfico e doutrinário que pode favorecer tanto o atacante quanto o defensor em uma situação de conflito (JERVIS,1978). Podemos observar quatro intensidades em que este pode se encontrar:

Quando não há distinção entre comportamento ofensivo ou defensivo, mas o ofensivo tem a vantagem, então o dilema de segurança é muito intenso e o ambiente torna-se extremamente perigoso. A possibilidade de cooperação entre os Estados é baixa.

Quando ambos os comportamentos defensivos e ofensivos se confundem, mas a defesa encontra-se em vantagem o dilema é intenso, mas não tanto quanto no

---

⁵ “Uma noção estrutural na qual as tentativas de autoajuda dos Estados em tentar suprir suas necessidades por segurança tende independente de suas intenções, a levar a um aumento na insegurança nos outros, pois cada um interpreta suas próprias medidas como defensivas e as medidas dos outros como ameaças potenciais” (HERZ, 1950).

primeiro caso. Nesta situação um estado pode fortalecer a sua segurança sem necessariamente tornar-se uma ameaça a segurança dos outros.

Se ambos os comportamentos ofensivo e defensivo forem distinguíveis e o ofensivo estiver em vantagem o dilema não é intenso, o ambiente é seguro, mas tal vantagem leva a possibilidade de conflito no futuro.

Onde ofensivo e defensivo forem visíveis e o defensivo tiver a vantagem, o dilema tem baixa ou nenhuma intensidade e o ambiente é extremamente seguro. E como há pouca ameaça de outros Estados, as verbas destinadas à defesa dentro deste estado podem ser redirecionadas.

A única maneira para que o dilema de segurança seja superado é quando um estado consegue comunicar aos outros que suas intenções são benignas (GLASER,1995).

Logo, os Realistas Defensivos veem que os Estados preferem a manutenção de seu status quo, adquirindo segurança o suficiente para manter o equilíbrio no sistema internacional, do que buscar tornar-se o Poder dominante do sistema, causando situações de desequilíbrio e instabilidade como corridas armamentistas ou situações de tensão, advindas da constante busca por Poder. Estas razões ligadas a manutenção do equilíbrio de poder em um sistema regional, está ligada ao pós-realismo que veremos adiante.

1.4 O Neorrealismo Ofensivo.

Esta vertente do Neorrealismo representada principalmente por John Mearsheimer (2001), mostra-nos os Estados como revisionistas de Poder, impulsionados pelo desejo por segurança, em busca de uma posição hegemônica no sistema, maximizando seu Poder de modo a desencorajar os outros Estados de um ataque. A agressão é uma constante possibilidade, uma vez que todos os Estados são capazes de uma ofensiva militar e buscam aumentar seu Poder relativo de modo a diminuir o medo que cada um tem em si.

A busca por hegemonia é a marca do realismo Ofensivo e a guerra é uma constante em segundo plano, uma vez que a situação interna de um Estado, seus interesses e intenções são opacos para aqueles que observam de fora (MEARSHEIMER, 2001). O Realismo Ofensivo vê os Estados como caixas pretas, que não permitem uma análise precisa de seu interior.

O Realismo Ofensivo tem sua origem nas mesmas razões fundamentais que o defensivo, mas rompe com este em sua análise do sistema internacional. Em termos estruturais, o Realismo Ofensivo postula que a inexistência de um Poder capaz de regulamentar as relações entre os Estados, distribuir Poder e punir os agressores leva ao conflito por segurança e é o responsável pela anarquia inerente ao sistema internacional. O realismo ofensivo vê as intenções dos Estados como opacas, uma vez que para um observador externo seus objetivos secretos não são aparentes, tornando impossível a comunicação destas entre os Estados, prevalecendo o medo e a desconfiança entre estes.

O Estado de anarquia do sistema internacional tende a favorecer conflitos, dificultando a percepção e a confiança entre os atores internacionais. Os Estados são revisionistas, maximizadores de Poder, que abrigam intenções agressivas. Estes recorrem a mecanismos de autoajuda para maximizar seu Poder, porque não sabem quanto Poder é necessário para garantir o objetivo básico da sobrevivência logo, buscam a hegemonia no sistema internacional (MEARSHEIMER, 1994).

A cooperação entre os Estados é curta e a tendência é que o medo um do outro, o desejo por segurança, hegemonia ou sobrevivência prevaleça e os Estados sejam levados a buscar o aumento de seu Poder relativo (recursos materiais) de modo a reduzir seu medo. Deste modo o aumento em sua vantagem militar sobre os outros, embora quebre o equilíbrio de Poder e também traga potenciais rivais, traz mais segurança.

A hegemonia garante que um Estado não será atacado por outro e é o objetivo final dos Estados, que buscam atingi-la por meio de táticas ofensivas. Mas a hegemonia global é impossível de se alcançar mesmo porque há restrições a projeção

de Poder, como os oceanos e grandes extensões territoriais que levam os Estados a buscar a hegemonia regional (MEARSHEIMER, 2001).

Nos termos de Eric J Labs (1997), os Estados sempre buscarão aumentar seu poder ofensivo, pois nunca terão certeza das intenções secretas dos outros ou sequer de quando ou onde a próxima ameaça irá surgir. Quando uma grande potência surge, os outros Estados tendem a balancear seu Poder aumentando suas capacidades relativas, para aumentar a sua segurança em relação a nova potência, Mearsheirmer vê como alternativa a possibilidade desse balanceamento, o Buck-Passing, onde a grande potência passa a oportunidade de balancear poder a outro Estado, permanecendo nas entrelinhas.

O principal ponto de discordância com o Realismo Defensivo é no tocante a quanto Poder os Estados necessitam para atingir o equilíbrio de segurança entre si e na energia que deve ser empregada para tanto.

1.5 O Pós-Realismo.

O Pós-realismo proposto por Stephen Brooks (1997) trata o comportamento dos Estados no sistema internacional por uma via de análise mais racional que a do Neorrealismo.

Ambas as vertentes realistas têm em comum o foco sistêmico em termos de nível de análise, ambas são Estado-centricas, veem a política internacional como competitiva e dão ênfase a fatores materiais em detrimento de não-materiais, como instituições e ideias, assumindo assim que os Estados são atores egoístas capazes apenas de ações de autoajuda para garantir sua segurança (BROOKS, 1997).

Autores Neorrealistas como Robert Gilpin, Steven Krasner e Barry Buzan buscam explicar em suas obras as razões pelas quais, muitos Estados buscaram alternativas para balancear poder ao invés de aumentar seu poder militar, durante e após o final da Guerra Fria. A busca racional destes autores por complementar a teoria de Waltz, acaba por encaminhar a discussão para um caminho racional, onde

a reatividade dos Estados aos incentivos sistêmicos mostra-se condicionada a fatores relativos específicos, ao invés de ser uma regra incondicional, como por exemplo a mera possibilidade de agressão.

De acordo com a lógica Neorrealista, os Estados são condicionados pela mera possibilidade de conflito ou alternativamente, tomam decisões com base na possibilidade de agressão. O Neorrealismo propõe que a possibilidade de conflito molda as ações dos Estados, os quais sempre se preparam para o pior cenário possível. De acordo com Mearsheimer (1994, p.12), a competição política é muito mais perigosa em relação a competição econômica, dado o fato que a primeira pode escalar para a guerra, e a guerra frequentemente significa mortes em massa, o que pode incluir civis. Em casos extremos, a guerra pode levar a completa destruição de um Estado.

Apoiados neste argumento, podemos pensar que a mera possibilidade de conflito leva a um alto grau de precaução, dados os potenciais custos de não se estar constantemente vigilante em termos defensivos. Os países devem aceitar as custas econômicas de manter seu poder militar compatível com a realidade sistêmica de modo a garantir e alocar o Poder necessário para sobreviver ao pior cenário possível, ainda que tal fato venha a comprometer o Poder econômico e seus demais interesses.

O Pós-realismo não assume a mesma perspectiva pessimista, mas vê os Estados tomando decisões relativas ao aumento de seu Poder militar com base na percepção de potenciais ameaças a sua segurança, opondo-se a lógica de obter Poder militar a qualquer custo para garantir a segurança e manter-se vigilante sempre. Coloca que os Estados são sensíveis as custas econômicas do fortalecimento militar e tendem a primar pela estabilidade e equilíbrio de Poder econômico e militar (Poder relativo).

Vê também os Estados reagindo a probabilidade e não a possibilidade de conflito. Esta probabilidade flutua sobre fatores materiais além da distribuição de capacidades como: a geografia e o acesso a matéria-prima (WALT, 1987; KRASNER, 1978), tecnologia (JERVIS, 1978; BUZAN, 1993; GLAZER, 1994; VAN EVERA, 1990),

e pressão econômica internacional (GILPIN, 1977; WOHLFORTH, 1994). A geografia afeta a utilidade de se empregar Poder militar e o acesso a recursos naturais. Os fatores tecnológicos apontados giram em torno do equilíbrio ofensivo-defensivo e a diferenciação entre uma postura ofensiva-defensiva; o volume, a velocidade, o alcance e a veracidade da comunicação; as capacidades de reconhecimento; e a facilidade com a qual recursos econômicos podem ser retirados de um território conquistado, que depende do nível tecnológico empregado neste processo. A pressão internacional leva a flutuações nos custos de oportunidades econômicas causados por uma política externa assertiva e afeta quando os Estados podem influenciar outros economicamente através de meios econômicos informais, opostos aos meios militares (BROOKS, 1997. P.8).

Os Estados tendem a optar por uma postura defensiva de modo a manter o equilíbrio do status quo e a sua posição no sistema de modo a não perturbar a paz internacional. Logo, estes atores tendem a perceber a eminência de uma agressão e a balança de Poder dentro de sua região de inserção geográfica antes de tomar decisões reativas que podem levar a uma intensificação das tensões regionais, aumentando as probabilidades de conflito (BROOKS, 1997).

Logo, podemos assumir que o Pós-realismo compreende o equilíbrio de Poder regional e internacional e a racionalidade dos estados como fatores intervenientes na tomada de decisão dos Estados, quanto a comprometer seu Poder econômico para manter-se vigilantes contra um provável ataque, bem como o efeito que a sua militarização teria sobre os países ao redor, que também se armariam, ocasionando em um aumento nas tensões, desequilibrando a balança de Poder e possivelmente levando a uma corrida armamentista e um provável conflito.

1.6 Considerações Preliminares.

Ao analisarmos as razões estruturais da Escola Realista, podemos verificar que a racionalidade e anarquia sistêmica levam os Estados a uma busca incessante

por Poder, visando garantir sua sobrevivência. O pensamento Realista Clássico identifica no comportamento político, uma maneira de se maximizar Poder e classifica a natureza humana como má e egoísta e afirma que esse comportamento se reflete nas relações entre os Estados.

O Neorrealismo aponta para a probabilidade de conflito como um fator instigador de medo, que coloca os Estados como atores capazes apenas de ações de autoajuda, buscando balancear Poder com os mais fortes, de modo a não estar despreparados e sempre vigilantes, desfavorecendo assim uma possível invasão de seu território.

O Realismo Defensivo analisa as relações internacionais de uma maneira mais estratégica ao observar o dilema de segurança que surge da constante busca por sobrevivência destes e identificar momentos em que os Estados devem encontrar um ponto de equilíbrio para coexistir exercendo seu status quo e assim se posicionando no sistema. O Poder tende a ser balanceado caso os Estados venham a encontrar alianças e meios de coexistir, ainda que num meio repleto de incertezas. Os Realistas Defensivos colocam que Estados, valorizam segurança acima de tudo e não o poder.

O Realismo Ofensivo trata os movimentos dos Estados como sempre sendo táticas ofensivas de maximização de Poder, porque além da incerteza das intenções dos outros Estados, também há a incerteza de quanto Poder é necessário para sobreviver. Tais incertezas tornam os estados em atores maximizadores de Poder, sendo a guerra uma constante ameaça.

Analisa as relações internacionais como de cunho agressivo e expansionista em termos de Poder, onde os Estados buscam a sobrevivência pelo domínio do sistema, superando as incertezas inerentes a este, enquanto o Realismo Defensivo vê nas formas de balanceamento de Poder, a tentativa dos Estados de conviver com o dilema de segurança e as suas consequências, negando a maximização de seu Poder.

O Pós-realismo vê na racionalidade dos Estados a capacidade analítica destes em manter sua posição no sistema internacional, reagindo a probabilidade ao invés

da possibilidade de conflito. Esta racionalidade deriva da percepção do custo que a prontidão e vigilância teriam sobre o poder econômico dos Estados e que os mesmos não arcam com as custas dos esforços internos necessários para se defender quando não há uma provável ameaça.

“Os realismos” analisam a estrutura do sistema, percebendo como os Estados racionais, políticos e auto interessados, convivem em estado de natureza e visa prever, por meio da análise de suas relações ao longo do tempo, as dinâmicas de Poder, bem como a probabilidade de paz e guerra.

Abaixo consta uma tabela com as teorias e autores que abordaremos em nossa análise do caso japonês:

Teoria	Autores	Período analisado	Marco	Justificativa
Realismo Clássico	Morgenthau, Maquiavel, Hobbes.	1872 – 1945	Missões internacionais do Japão ao exterior até a derrota na Guerra do Pacífico	O Japão agiu de maneira racional ao buscar a garantia de ³³ sua sobrevivência por meio de ações de autoajuda (sua modernização e busca por desenvolvimento).
Neorrealismo	Kenneth Waltz	1951 – 1960	Devolução da soberania ao Japão até maturidade econômica e relevância internacional	O Japão manteve a Doutrina Yoshida, o que pode ser compreendido como “Bandwagoning”.
Pós-Realismo	Steven Brooks, Tsuyoshi Kawazaki	1960 - 1989	Japão potência econômica até final da Guerra Fria.	Japão não se lança como uma potência militar após obter Poder econômico considerável, conforme previsto pelos Neorrealistas pois prevê os custos econômicos e o equilíbrio da balança de Poder na Ásia.

2 – A MODERNIZAÇÃO DO JAPÃO E O REALISMO CLÁSSICO: SOBREVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL.

A abertura definitiva do Japão as relações internacionais foi marcada pelas tentativas dos ocidentais em estabelecer vínculos de comércio e visitar o País regularmente, em especial durante a segunda metade do Século XIX. Após inúmeras tentativas de Rússia, Reino Unido, França e Estados Unidos, no ano de 1854, o Comodoro Matthew Perry retornava aos portos da Bahia de Uraga (Tóquio) desta vez com 9 fragatas militares, um número maior do que em sua primeira visita um ano antes, quando exigiu a abertura dos portos japoneses a navios estrangeiros. O resultado desta segunda visita foi a assinatura do Tratado de Kanagawa, que garantia ao Estados Unidos direitos extraterritoriais⁶ e melhores tarifas aduaneiras. Alguns outros países também firmaram tratados similares com o Japão, todavia tal situação colocava o País em uma posição sub colonial (GORDON, 2003).

No final do século XIX, o Japão recebia notícias dos conflitos e problemas causados pelos ocidentais em grandes Países como Índia e China, com o objetivo de dividi-los para então colonizar, estes países eram tidos como incivilizados e os países mais desenvolvidos vinham em busca de oportunidades de comércio e exploração de recursos naturais.

O ultimato norte-americano para a abertura do Japão, criou o temor de que o País poderia ser gradativamente controlado pelos ocidentais, como ocorria com territórios por toda a Ásia. Estas pressões internas geraram um sentimento de insegurança nas elites japonesas, os senhores feudais chamados “Daimios⁷”, em relação ao governo central, o Xogunato Tokugawa. Os japoneses então perceberam que sua principal alternativa era modernizar-se e deste modo figurar como um País

---

⁶ Era garantida a presença de um Cônsul dos Estados Unidos para julgar os norte-americanos que estivessem no Japão, sob a alegação de que o sistema jurídico japonês não era moderno o suficiente para punir devidamente cidadãos estadunidenses que cometessem quaisquer crimes em território japonês (HENSHALL, 2008).

⁷ Eram os senhores feudais que controlavam grandes territórios, e exerciam poder político moderado pelo Xogum, que era o “protetor do Imperador e do Japão” (HENSHALL, 2008).

forte no sistema internacional e assim não ser colonizado pelas grandes potências ocidentais.

Esta urgência por modernização deu-se devido a dois grandes fatores, um externo representado pelo risco de o Japão ser colonizado dos ocidentais e o segundo interno, que foi a pressão exercida pelos Daimios sobre o governo central em virtude das demandas e imposições feitas pelos estrangeiros.

As elites passaram então a desejar a modernização das políticas internas, política externa e a criação de um novo governo, capaz de compreender e lidar com o novo mundo, como este se apresentava ao Japão.

No ano de 1868, as forças organizadas dos principais feudos acabaram por ocupar o palácio do Xogum e o baniram. Deste modo, o Xogunato foi abolido e as elites restauraram o poder ao Imperador, no evento histórico que ficou conhecido como a Restauração Meiji (HENSHALL, 2008).

O desenvolvimento e expansão militar do Japão a partir do final do Século XIX, serão analisados pelo Realismo Clássico. Bem como as ações do Japão e a maneira como a sua projeção de Poder e influência se deram pela Ásia sob a premissa de que a posição de potência que o País passou a ocupar no início do Século XX no sistema internacional precisava ser mantida, e tal manutenção requeria, tanto recursos materiais, quanto estratégicos.

Sabemos que o governo Meiji ao pensar a manutenção da independência do Japão, direcionou a política externa de maneira estratégica, objetivando a expansão da presença e influência japonesa pelo continente asiático, dominando territórios para manter o desenvolvimento militar e econômico do Japão, rumo ao reconhecimento de um status de potência internacional.

Esta noção expansionista foi influenciada pelos ocidentais, em especial a vindoura interferência dos militares japoneses na condução da política externa do País, foi um ponto herdado pelo exército japonês dos alemães durante o processo de modernização das forças armadas.

Dado este cenário, verificaremos a influência do pensamento ocidental sobre o expansionismo japonês, mais especificamente, a influência alemã (moldes prussianos adotados pelo exército japonês no final do Século XIX) e o Poder explicativo do Realismo Clássico sobre o comportamento do Japão, pelo fato de o País ter apoiado a garantia de sua independência na obtenção de recursos materiais e expansão de sua zona de influência pautados no militarismo e na dominação de territórios pela Ásia, como uma forma de defesa contra o colonialismo.

2.1 Modernização, Ocidentalização e Independência.

Após a restauração Meiji em 1868, o novo governo que se instaurou no Japão era em sua maioria composto pelos homens que depuseram o Xogunato, representantes dos feudos de Tozama, Satsuma e Choushu. Este novo governo tinha como missão reformar as políticas internas, e também pensar a posição do Japão no contexto mundial.

Nos anos de 1871-1872, especialistas e membros do governo japonês foram enviados a Europa e Estados Unidos com o objetivo de aprender sobre a ciência e as práticas ocidentais em todas as áreas do conhecimento e assim modernizar o Japão. A maior destas missões ficou conhecida como missão Iwakura⁸, na qual diversos membros do governo foram levados a estudar e conhecer os países mais modernos do ocidente. Conforme afirma Cooney (2006) “Política, economia, indústria e forças armadas, além da sociedade em geral, a modernização era prioridade ao governo Meiji em busca de reconhecimento no mundo das relações internacionais, também motivada pelo medo de o país ser dominado pelos ocidentais”.

A modernização do País acabou por se dar de maneira deveras rápida, pois o Japão não teve que passar por um processo de revolução industrial como ocorreu

---

⁸ A missão recebeu o nome de seu líder, Tomomi Iwakura, dada a importância do político. A missão passou 632 dias no exterior e visitou países no ocidente como: Estados Unidos, Reino Unido, França, Bélgica, Noruega, Alemanha, Rússia, Dinamarca, Suécia, Itália, Áustria e Suíça (TOGO, 2005.P.3).

com os ocidentais. O processo se deu em um tempo muito menor porque o País já dispunha da maioria dos recursos necessários para modernizar-se⁹.

Em termos práticos, o desenvolvimento do Japão deveria ser garantido de maneira segura e sustentável, ou seja, o crescimento econômico deveria vir acompanhado de desenvolvimento militar para garantir a estabilidade e a segurança nacional. Havia também a necessidade de manter o acesso do Japão aos recursos materiais e mercados externos necessários para o desenvolvimento econômico, dada a limitada extensão territorial do Arquipélago japonês. Logo, a demarcação de suas fronteiras e o exercício de sua influência sobre territórios estratégicos, se fez primordial conforme veremos adiante.

Em termos de geopolítica, os líderes do governo pensavam que a linha da soberania¹⁰ e a linha de influência deveriam ser cuidadas, pois era onde a segurança do Japão estaria em risco (WATANABE, 2012). A presença militar dos ocidentais em territórios específicos na Ásia, como a Coreia, representava uma ameaça no longo termo, e em meio a modernização do País o exército também foi reestruturado para deste modo servir aos interesses do Japão na região.

A técnicas e tecnologias dos ocidentais, em especial dos alemães, também influenciaram o comportamento e a estrutura do exército japonês. Durante as missões ao exterior, os moldes do exército prussiano foram observados pelos líderes japoneses e logo adotados. O moderno exército japonês foi predominantemente um produto do trabalho pessoal do Major Jacob Meckel (MARTIN; WETZLER, 1990).

---

⁹ O Japão possuía uma grande força de trabalho, que necessitava apenas ser deslocada da agricultura para os centros, onde se concentrariam as indústrias. O País também era rico em ferro e carvão, que eram elementos necessários para a indústria a época. As casas de comércio concentravam um enorme capital, pois as relações comerciais se deram durante o período do Xogunato tornaram a classe dos mercadores a mais rica em termos de acumulo de capital. Todavia, é importante salientar que o Japão precisava de acesso recursos, dada sua limitada extensão territorial e a baixa concentração de matéria-prima em sua área de inserção geográfica. (HENSHALL, 2008).

¹⁰ Consistem em áreas de fronteiras demarcadas.

Por três anos o oficial alemão, treinou 60 oficiais do alto escalão do exército japonês em táticas, estratégia e obrigações gerais além das dimensões históricas da ciência militar e a história militar da Prússia. De acordo com Martin e Wetzler (1990), as vitórias vindouras na Coreia e na Manchúria foram atribuídas ao treinamento do Major Meckel. Também escreveu relatórios relacionados aos conceitos básicos de defesa nacional, do ponto de vista estratégico/militar que incluíram principalmente a fortificação das defesas das regiões costeiras do Arquipélago japonês.

Em 1886, Meckel recebeu a tarefa adicional de reformar a instituição militar japonesa de acordo com os moldes prussianos. Os oficiais vitoriosos nas guerras contra China (1894/5) e Rússia (1904/5) foram treinados por Meckel. O Político Aritomo Yamagata, também ordenou a reorganização das forças de polícia japonesas nos moldes prussianos para garantir o controle dos instrumentos de poder estatais. Os alemães transmitiram aos japoneses um sistema de governo autoritário e ajudaram a criar uma superestrutura ideológica para tal (p.78). O exército tornou-se a escola primária da nação, e teve sua posição elevada a garantidor da autoridade estatal, centralizada no Imperador.

No final da década de 1890, foi decidido pelos altos escalões do governo japonês que o exército se engajaria em um “grande” programa de treinamento para os altos oficiais do exército japonês em liderança de operações militares de grande escala. O exército japonês deveria estar preparado para uma grande guerra, que dadas as tensões permanentes pelo controle das Ilhas Ryu-kyu (Okinawa) e da Coreia, seria sem dúvidas contra a China (MARTIN; WETZLER, 1990).

A autoridade estatal representada na figura do exército, contribuiu para a composição de uma política expansionista pautada no militarismo, onde os interesses nacionais estavam diretamente condicionados aos êxitos militares, fato este que vinculou a política externa ao exército e conferiu aos seus generais, poder diretivo sobre os rumos do País.

As percepções dos políticos japoneses a respeito das relações de Poder no sistema internacional, em especial da dominação exercida pelos ocidentais sobre

diversos territórios e países pela Ásia, fizeram notar que o Japão deveria exercer influência econômica e militar sobre outros países pelo continente de maneira estratégica, como uma maneira de projetar-se internacionalmente.

2.2 O Expansionismo Japonês e o Realismo Clássico.

As premissas do Realismo Clássico permeavam as relações de Poder no sistema internacional e acabaram por nortear a noção de desenvolvimento nacional do Japão. “O realismo virou o caminho certo para garantir a sobrevivência do País” (TOGO, 2005. p.5).

Em termos teóricos, os estados convivem em “estado de natureza” dada a ausência de um poder maior para punir os agressores e regular as relações entre os Estados (HOBBS, 2006). O realismo, de acordo com Morgenthau (1948), postula que os Estados são racionais e revisionistas de poder e as relações internacionais se dão em torno da busca, posse e aplicação de poder (Power Politics) primando pelos interesses nacionais.

Logo, em termos geopolíticos, os países ocidentais desenvolvidos seguiam uma linha racional ao buscar exercer sua influência sobre Estados menos desenvolvidos, e territórios ricos em recursos naturais para que pudessem projetar-se no sistema internacional e deste modo garantir sua sobrevivência e interesses nacionais. O Realismo postula que os Estados são auto interessados, e a sobrevivência é o primeiro e mais importante interesse nacional. A ideia de modernizar o Japão e projetar-se pela Ásia, de modo a tornar-se militar e economicamente influente combina com a racionalidade implícita nas relações de Poder explicadas pelo realismo Clássico, pois um Japão forte garantiria sua sobrevivência e exerceria uma posição de liderança na Ásia.

As principais premissas realistas que podemos observar no comportamento internacional do Japão desde o início do período Meiji até a queda do Império japonês,

como consequência do desfecho da Guerra do Pacífico, podem ser definidas em sobrevivência, projeção de Poder em nível regional e a busca por hegemonia regional.

O ponto em comum entre essas premissas é o Poder, que pode ser definido como os meios materiais e imateriais para que se possa atingir um determinado objetivo.

Em termos de Poder e de distribuição de Poder, podemos classificar uma superpotência como um Estado dotado de um grande poder econômico e militar, grande mobilidade de Poder e influência global. Uma grande potência como um Estado que exerce influência cultural, política, cultural e econômica forte, sobre os países ao seu redor e pelo mundo. Potência regional um país que exerce influência e poder dentro de sua região de inserção geográfica e finalmente uma média potência categoria esta que compreende uma segunda linha de países influentes, porém abaixo das grandes potências (CHAPNICK, 2011).

Em termos geopolíticos, a crescente presença militar dos ocidentais na Ásia, colocava territórios estratégicos ou ricos em matéria-prima como a Coreia ou Manchúria e a Península de Shadong por exemplo, sob o controle destes países comprometendo assim a segurança e o desenvolvimento japonês.

A crescente presença dos europeus e americanos na Ásia significava uma ameaça a um Japão em desenvolvimento, conforme explicamos no início deste capítulo, pois o Japão poderia ser incluído na zona de influência destes países, e assim colonizado. Logo, a principal escolha para o governo japonês era tornar-se um país colonizador, assegurando que territórios ricos e/ou estratégicos não seriam controlados pelos ocidentais.

Conforme coloca Kissinger (1994) as relações de Poder, representadas pelo termo “Realpolitik” (política realística), podem ser conceituadas como uma forma de política externa baseada em avaliações de Poder e interesse nacional (KISSINGER, 1994). A Realpolitik, é uma forma de realismo político, onde questões morais ou idealistas são deixadas de lado em favor do interesse nacional de um País, ou

meramente da aquisição dos meios necessários (Poder) para a sobrevivência nacional.

O emprego de Poder no âmbito geopolítico da maneira como viria a ser feito pelo Japão nas décadas vindouras, combina com a lógica colocada por Morgenthau que explicitamos no capítulo anterior (Power Politics). Os Estados buscam obter Poder para atingir objetivos específicos em sua zona de inserção geográfica, porém o primeiro objetivo a ser garantido, de acordo com o Realismo Clássico, é o da sobrevivência, conforme se deu no caso japonês.

O aumento nas tensões com Países que tinham a intenção de expandir sua influência pela Ásia durante o início do Século XX, levou o Japão a guerras contra três grandes Países (China, Rússia e décadas depois, Estados Unidos), por conflitos de interesses geopolíticos que surgiram ao longo do período, conforme veremos adiante.

2.3 Guerra Contra a China e Guerra Contra a Rússia.

As disputas territoriais com a Rússia e China, sobre as Ilhas ao Norte¹¹ e também a questão da proximidade geográfica com a Coreia eram questões a serem observadas em termos estratégicos. O primeiro passo para garantir a integridade do território japonês estava na inclusão da Coreia em sua própria influência. O País poderia representar uma ameaça ao Japão caso fosse absorvido pelas potências ocidentais. Era também perceptível para os líderes militares japoneses que China e Rússia tinham interesse em manter a Coreia sob seu controle, especialmente a China.

Togo (2005) coloca que a Coreia era uma “adaga apontada para o coração do Japão”, dada a sua posição geográfica em relação ao Arquipélago japonês.

---

¹¹ Principalmente as disputas por Okinawa (Ryu-kyu), as Ilhas Senkaku – Diaoiu com a China e as Ilhas Sakalinas, e parte da Sibéria com a Rússia.

Em 1876 foi a vez do Japão exercer sua dominação sobre um país mais fraco, e firmar o Tratado de Kanghwa por meio do qual garantia direitos extraterritoriais e comerciais sobre a Coreia (HENSHALL, 2008).

Ensejado por um pedido de ajuda do Rei da Coreia para conter um movimento revolucionário interno em 1894, a China enviou suas tropas ao território coreano para reprimir o movimento, o Japão também despachou tropas para evitar a aproximação entre os dois países e minimizar a presença chinesa na Coreia. Contida a situação, o governo japonês pressionou para que a Coreia terminasse suas relações especiais com a China, logo os chineses iniciaram ações militares contra o Japão. Tal situação levou a Guerra Sino-japonesa neste mesmo ano (GORDON, 2003).

A Guerra contra a China foi rápida e marcou o primeiro triunfo do Japão em conflito contra um grande País chamando a atenção dos ocidentais para o potencial bélico japonês. Nos termos do tratado de Shimonoseki, a China abandonaria seus interesses oficiais na Coreia e cederia Taiwan, pagaria trezentos milhões de lenes aos japoneses e também cederiam as Ilhas Pen Fu e a Península de Liaotung.

A Guerra contra a Rússia seria inevitável alguns anos após a vitória sobre a China, causada inicialmente pela permanência das tropas japonesas e russas na China após a repressão da Revolta dos Boxers em 1900¹².

As tensões entre os dois Países já vinham crescendo desde que o Japão foi persuadido a abrir mão da posse sobre a Península de Liaotung, aconselhado por Alemanha, Rússia e França de que a anexação japonesa da Península causaria instabilidades na região. Após devolver a Península a China, os japoneses viram os russos clamar a posse sobre o território por meio de um arrendamento antigo. Este fato elevou sobremaneira as tensões com a Rússia.

---

¹² A revolta dos boxers foi um movimento anti-imperialista, anticristão e pró-nacionalista que ocorreu na China. Lutadores e camponeses (chamados de boxers) levantaram-se contra a presença e intervenção dos estrangeiros na China e atacaram navios e bases dos ocidentais. Esta revolta foi esmagada pela aliança das oito nações (Alemanha, Itália, Estados Unidos, Áustria, França, Rússia, Reino Unido e Japão) (HARRINGTON, 2001).

A via estratégica também foi razão para o conflito, uma vez que informações de inteligência apontavam que os Russos tomavam medidas para garantir sua presença militar na Coreia, juntamente com a manutenção de tropas russas na Manchúria muito além do tempo estipulado para sua retirada, conforme previsto em um tratado com a China, que data de 1902.

A Guerra contra a Rússia ocorreu em 1904 e foi rapidamente vencida pela força naval japonesa em Tsushima, após um bloqueio naval britânico impedir a passagem de reforços russos pelo canal de Suez. Cabe ressaltar que a aliança Anglo-japonesa firmada com os britânicos em 1902¹³, foi um ponto essencial para a vitória dos japoneses.

Uma hipotética vitória dos russos implicaria em sua presença militar na Coreia e na Manchúria, ferindo os interesses estratégicos do Japão na região.

O tratado de paz foi mediado pelo Presidente norte-americano Roosevelt. O Japão retomou Liaotung, parte sul de Sakalina e ganhou o direito de controlar o transporte ferroviário na Manchúria (DONALDSON; NOGEE, 2009). Em 1910, o Japão anexou a Coreia sem nenhum tipo de resistência da sociedade internacional.

Esta vitória finalmente trouxe o almejado reconhecimento do Japão como uma grande potência pelos ocidentais, enquanto a fraqueza e decadência do czarismo se fazia aparente (HOBSBAWN, 1998). Nas palavras do presidente T. Roosevelt em uma carta a seu filho diz, “Eu fiquei muito contente com a vitória japonesa, pois o Japão está jogando o nosso jogo” (BRADLEY, 2010).

2.4 Conflito de Interesses com os Estados Unidos e a Guerra do Pacífico.

O reconhecimento do Japão como uma potência mudou as relações entre Japão e EUA. Os Estados Unidos passaram a ver o Japão como uma ameaça aos

---

¹³ A aliança foi firmada como uma forma indireta de desafiar a influência dos russos na Ásia e justamente o apoio britânico facilitou a vitória japonesa. Uma reserva dos britânicos, porém era que estes não interfeririam caso o Japão entrasse em guerra contra os Estados Unidos (BURTON, 1990).

seus interesses na Ásia “Inicialmente encarado como uma zona de oportunidade, o Japão, depois de seu rápido processo de modernização econômica e política, acabou se convertendo em poder hostil ao interesse norte-americano, disputando influência regional [...] (PECEQUILO, 2005) ”. Caso o Japão assumisse o controle de áreas estratégicas e tivesse controle sobre regiões abundantes em recursos, como a Manchúria, o País se tornaria excessivamente poderoso e deste modo iria de encontro aos interesses dos EUA na região asiática.

No ano de 1907, os Estados Unidos lançaram o Plano Laranja caso fosse necessário entrar em guerra contra o Japão. Considerando tal fato o Japão iniciou o fortalecimento de sua frota naval, indo de encontro aos interesses marítimos norte-americanos para a região do Pacífico. (WATANABE, 2012)

A participação do Japão na Primeira Guerra Mundial era esperada, pois como uma potência iria lutar ao lado de seus aliados. A convite do Reino Unido o Japão iniciou suas atividades militares em meio ao conflito mundial. A campanha do Japão pelo Pacífico tinha como objetivo conquistar os territórios alemães na Ásia.

Como o foco da Guerra era a Europa, o Japão também procurou solidificar e expandir sua influência sobre a China. Por oportunidade de um movimento revolucionário que levou o Imperador Qing a renunciar e estabelecer uma nova república, o governo japonês impôs as “21 Cláusulas” aos chineses. Estas cláusulas garantiam ao Japão todas as posses alemãs na península de Shadong, e também a Manchúria e a Mongólia e intervir em assuntos internos na China. Após negociação, foram removidas as cláusulas que garantiam ao Japão a intervenção em assuntos internos. A imposição destes termos garantiu ao Japão incluir a Manchúria em sua zona de influência, o que foi chamou a atenção dos norte-americanos, tendo em vista o controle dos recursos da região (HENSHALL, 2008).

Em meio à crise de 1929, expandir o controle do Japão sobre a Manchúria era visto como essencial para a manutenção do desenvolvimento do País dada a enorme recessão que se abateu sobre o mercado mundial. O Japão tinha na Manchúria uma

grande demanda sobre sua indústria pesada (MIYAZAKI, 2002), todavia sua influência na região era limitada.

Em 1931, visando expandir a influência na Manchúria, as tropas japonesas de Kwantung explodiram uma parte da ferrovia de Shenyang afirmando que rebeldes chineses os haviam forçado a tal, no que ficou conhecido como o “Incidente de Mukden”. Logo em seguida, buscaram expandir sua presença mais ao Norte e também ao Sul da Manchúria, conquistando diversas cidades pelo caminho. Esta ação foi recebida com grande choque em Tóquio, pelo fato de o exército ter agido de maneira autônoma e insubordinada ao governo central, mas como os avanços foram convertidos em êxitos, o governo central agiu de modo a enviar mais três divisões de infantaria (MEYER, 2015).

No ano seguinte a Manchúria foi declarada independente, liderada por um herdeiro da dinastia Qing e logo reconhecida pelo Japão, funcionando como um “governo fantoche” para o governo japonês. O exercício de controle sobre a Manchúria acabou por mudar a ideia que os Estados Unidos tinham do Japão, passando a encara-lo como uma ameaça.

Em busca por evitar um novo isolacionismo, o Japão buscou estabelecer relações amigáveis com as nações poderosas. Todavia, as relações com Estados Unidos e Reino Unido não propiciavam tal aproximação, a recém-nascida União Soviética também não era favorável a causa japonesa, fato este que levou o Japão a reestabelecer relações com a Alemanha e assinar o pacto Anti Comintern em 1936. Esta medida deteriorou ainda mais o relacionamento com os Estados Unidos. Uma posição do Ministro dos Assuntos Estrangeiros do Japão em 1940 observou que “laços mais fortes com Alemanha e Itália iriam consolidar a posição do Japão e permitiriam entrar em acordo com os Estados Unidos” (TOGO, 2005).

Pensando a decadência das relações do Japão com os Estados Unidos, já em 1939 os norte-americanos haviam denunciado o tratado de comércio e navegação com o Japão e em 1940 limitaram a exportação de petróleo e ferro. Essa medida

impactou na economia do Japão que viu como alternativa invadir a Indochina, observando a fragilidade francesa na Europa.

Em 1941, o Japão já dominava a Indochina por completo, tendo em vista tal fato os EUA embargaram todo o Petróleo ao Japão. No mesmo ano, houve uma tentativa de negociação por parte dos Estados Unidos, porém os termos desta não interessavam a nenhum dos Países. Tentando manter a paz, o governo japonês propôs a retirada de suas tropas da Indochina (HENSHALL, 2008).

Em dezembro de 1941, o Japão realizou um ataque a Pearl Harbour nos EUA, pensando que se causassem um dano sério, levariam os americanos a evitar uma guerra prolongada e buscar uma negociação que poderia ser favorável ao Japão. A Guerra do Pacífico iniciou-se com o ataque, após um ultimato que foi dado ao Japão pelo Secretário de Estado norte-americano Cordell Hull em novembro deste mesmo ano, para que abandonasse sua política expansionista e desocupasse os territórios que ocupou desde a era Meiji.

A Guerra colocaria um fim na expansão militarista do Japão e resultaria na ocupação do País pelos ocidentais. O conflito durou de 1941 a 1945 e seus primeiros movimentos foram marcados por avanços e vitórias japonesas como a destruição de 180 aviões em Pearl Harbour (HENSHALL, 2008), a ocupação da Tailândia, a vitória em Guam, a captura de Hong Kong e vitórias em Bornéu, Singapura (contra os britânicos), Samatra, Bali, Batávia, Manila nas Filipinas e a Ilha Corregidor, vitórias estas que foram atribuídas ao espírito de luta e capacidade dos ataques japoneses.

A resposta viria em 1942 com o início dos bombardeios surpresa a Tóquio, a defesa de Port Moresby pelos ocidentais seria a primeira derrota dos japoneses no pacífico. Podemos citar também a derrota na invasão a Ilha Midway após descobertos os planos japoneses pelo serviço de inteligência dos Estados Unidos.

Sendo enfraquecidos por essas derrotas os japoneses acabaram por abandonar seus planos de invadir as Ilhas Fiji e a Samoa e em 1943. No mesmo ano, tendo seus recursos utilizados de maneira intensa em função da guerra, os japoneses tentaram manter o controle de suas posses conquistadas por toda a Ásia por meio da

“Declaração da Grande Ásia Oriental”, assinada em Tóquio pelos governantes nipônicos interinos de Tailândia, Birmânia e Filipinas, que repudiava o colonialismo e reafirmava a união asiática (HENSHALL, 2008).

Outro golpe duro foi a perda de Saipan nas Ilhas Marianas para os EUA, que era uma importante base japonesa tida como impossível de ser tomada. A defesa do território japonês se tornou a prioridade das forças armadas.

Em 1944 durante a batalha do golfo do Leyte (Filipinas), o General Douglas McArthur destruiu praticamente toda a armada japonesa naquela que ficou conhecida como a maior batalha naval da história. No ano de 1945, os britânicos recuperaram Rangum e Mandalay, a tomada de Iwojima por parte dos americanos tornou ainda mais constantes os bombardeios ao território japonês.

Na metade de 1945 a Alemanha caiu, permitindo aos aliados direcionar sua atenção ao Japão. O Presidente Trumann, reuniu-se com Churchill, Chiang Kai Chek e Stalinn em Posdam, para decidir os rumos do pós-guerra. A Declaração de Potsdam como foi chamada, apelava para que o Japão se rendesse incondicionalmente ou enfrentaria sua rápida e total destruição, versava também sobre a ocupação do território japonês pelos aliados, expulsão dos líderes militares, estabelecimento da democracia e que a soberania territorial do Japão seria reconhecida apenas como era no início da era Meiji.

A declaração foi rejeitada, pois os líderes japoneses pensavam em prolongar a guerra e resistir de maneira a conseguir condições mais favoráveis para um acordo de paz. Porém os norte-americanos não desejavam que o conflito se prologasse para evitar ganhos aos soviéticos, que estavam para declarar guerra ao Japão. Os americanos precisavam encerrar o conflito de maneira rápida (WATANABE, 2012).

No dia 6 de agosto de 1945, uma bomba atômica foi lançada sobre a cidade de Hiroshima, vitimando instantaneamente noventa mil pessoas e devastando a cidade. Três dias depois, uma segunda bomba atômica foi lançada sobre a cidade de Nagasaki, levando a vida de mais de cinquenta mil pessoas (HENSHALL, 2008). Por fim, em uma reunião com o alto escalão do governo foi votada a rendição. Na ocasião,

o Imperador Hiroito teve o voto de minerva e afirmou que “o Japão deveria suportar o insuportável para preservar seu povo”.

Esta foi a primeira derrota do Japão em uma guerra, o País seria ocupado por forças estrangeiras pela primeira vez em sua história. Em uma carta a Akihito, em 1945, Hiroito diz que o Japão perdeu por ter subestimado a América e a Grã-Bretanha e por conta de líderes militares arrogantes que só sabiam avançar e confiar excessivamente no espírito, em detrimento a ciência (WATANABE, 2012).

2.5 Considerações Preliminares.

Este foi o final da política militarista expansionista do Império japonês, a busca por expansão e Poder tornou-se incessante e as tendências colonialistas acabaram por ser incorporadas pelos militares japoneses levando o País a um frenesi expansionista para garantir seus interesses na Ásia. Estas disputas por influência e Poder, levaram o Japão a um confronto de interesses geopolíticos com os Estados Unidos e sua consequente derrota.

A busca do Japão por expansão também significava que o País deveria controlar os recursos e mercados que conquistava pela Ásia.

A reatividade aos incentivos sistêmicos além da racionalidade geopolítica contemporânea, como por exemplo a intensificação da presença japonesa na Manchúria em 1931, embora objetivasse a garantia de uma zona dotada de abundantes recursos naturais, acabaram por levar os militares japoneses a expandir sua influência geopolítica de maneira a conflitar com os Estados Unidos.

Caso o Japão controlasse recursos em demasia, se tornaria influente e poderoso em excesso, comprometendo os interesses dos Estados Unidos na Ásia.

No período da modernização do Japão podemos observar o Poder explicativo do Realismo Clássico sobre as ações de autoajuda que o País tomou em prol de sua sobrevivência de maneira independente, que resultaram em seu fortalecimento econômico e militar. Todavia o consequente expansionismo pela Ásia acabou por

gerar tensões e preocupações nos Estados Unidos que assumiram que o Japão buscava a hegemonia regional, e iniciaram sanções para conter tal ação.

O questionamento que levantamos sobre a política adotada é: quanto Poder era necessário para se garantir a sobrevivência? Ou quanto Poder era necessário exercer para que o Japão pudesse se estabilizar como uma potência no sistema internacional a época?

Desde seu contato com a realidade sistêmica do final do século XIX, o Japão pensou sua sobrevivência no sistema internacional por meio da maximização e projeção de Poder. Ao impor a derrota a China e Rússia, o Japão foi reconhecido como uma potência respeitável no mundo internacional, mas também como uma ameaça aos interesses dos países ocidentais na Ásia, uma vez que é observável que seus líderes militares acabaram por conduzir a política externa do País de modo a buscar a proeminência regional.

A derrota na Guerra do Pacífico, marcou o início da reconstrução do Japão, mas como um aliado incondicional dos Estados Unidos. O consequente estabelecimento dos pilares da segurança nacional do Japão, ocupado pelos aliados, significava que a nova estrutura da política de defesa japonesa viria a existir sob grande influência estadunidense.

3 – A OCUPAÇÃO E A REINSERÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO DURANTE A GUERRA FRIA.

Pela primeira vez em sua história milenar, o Arquipélago japonês seria ocupado por forças estrangeiras. A ocupação iniciou-se no ano de 1945. Como o Japão foi derrotado por um conjunto de países, os aliados, a ocupação deveria ser executada por todos (WATANABE, 2012). A reconstrução física, econômica e o estabelecimento de políticas para a manutenção da ordem interna e da reinserção internacional do Japão eram as prioridades para o comando da ocupação. Em termos práticos, a ocupação foi pensada de modo a garantir a reconstrução física e econômica do Japão, sua “democratização”, desmilitarização e o alinhamento de sua política externa com os interesses dos Estados Unidos. Reformas constitucional, política e econômica ocorreram durante os sete anos pelos quais o arquipélago japonês foi ocupado.

Estes objetivos foram expressos na “United States Initial Post-surrender Policy for Japan” e consistiam em garantir que o Japão não se tornaria novamente numa ameaça aos EUA e a paz e segurança do mundo, estabelecer um governo pacífico e responsável que respeite os direitos de outros Estados, tornar o País em um apoiador dos objetivos dos EUA de acordo com os ideais e princípios da carta da ONU, limitar a soberania japonesa as suas principais ilhas, desmilitarizar o País, incentivar as liberdades individuais e dar a oportunidade para que o povo desenvolva uma economia que atenda aos seus anseios.

O governo japonês não foi dissolvido pois foi tratado como um facilitador da presença dos norte-americanos no Japão. A ocupação tinha como ponto acabar com a ordem antiga e eliminar os fatores que haviam levado o Japão ao militarismo, e consequentemente a guerra e reconstruir direcionando a uma nova ordem de paz, segurança e Justiça (WATANABE, 2012).

3.1 As Bases da Política de Defesa do Japão após a Segunda Guerra Mundial.

A ocupação do Japão pelas forças dos aliados foi conduzida por diretivas de Washington e comandada pelo general Douglas MacArthur (comandante supremo das forças dos aliados), tendo como órgão consultivo a “Comissão para o extremo oriente” composta pelos aliados para aconselhar seus rumos.

Todavia, a disputa por influência sobre o Arquipélago japonês entre a União Soviética e os Estados Unidos já podia ser percebida logo no início da ocupação. Uma questão fundamental quanto ao comando da ocupação eram os avanços soviéticos sobre o Japão mais especificamente, a região de Hokkaido, uma vez que os EUA não tinham a intenção de dividir o Japão da mesma maneira que foi feito com a Alemanha¹⁴.

A União Soviética buscava fazer frente a influência norte-americana sobre o Japão conforme coloca MacArthur: “Os russos começaram a causar problemas desde o início. Eles pediram que suas tropas ocupassem Hokkaido, a Ilha norte do Japão, e ainda, dividir o país em dois. As suas forças não estariam sob o comando do Comandante Supremo, sendo totalmente independentes. Eu recusei. [...] Ele prosseguiu e afirmou que as forças russas iriam entrar com ou sem a minha aprovação. Eu respondi afirmando que se um único soldado soviético entrasse no Japão sem a minha autorização, eu colocaria de uma vez toda a missão russa incluindo ele mesmo, na prisão. (MACARTHUR, 1964) ”.

A Comissão para o Extremo Oriente não passou de um fórum de discussão conforme McArthur (1964) coloca em sua obra: “A causa básica [dessa comissão] é a completa frustração do esforço soviético de absorver o Japão para dentro de sua órbita de ideologia comunista”.

---

¹⁴ No caso alemão, os EUA arcaram com aproximadamente 75% dos custos da ocupação e os países que dividiam influência não enviaram tropas em ajuda aos norte-americanos durante a guerra do pacífico, fatos estes que contribuíram para a decisão de comandar a ocupação do Japão e não dividir o território (MACARTHUR, 1964).

Um dos interesses norte-americanos em reconstruir o Japão e mantê-lo sob sua influência, era o risco da insurgência de países comunistas pela Ásia. A tendência era que o aparecimento de países comunistas disseminava o comunismo aos países próximos, como uma forma de influência soviética. O fenômeno mais tarde foi chamado de Teoria do Efeito Dominó pelo Presidente Eisenhower em 1954. De acordo com a teoria, o aumento ou a diminuição da democracia em um determinado Estado se espalha para os países vizinhos na forma das tendências político-econômicas do comunismo (LEESON, 2009).

Essa noção tornava essencial manter o Japão ao lado dos EUA para conter o aumento da influência soviética na Ásia uma vez que a cortina de ferro já havia descido sobre a Europa¹⁵.

Estes fatores corroboraram para que os norte-americanos buscassem chefiar a ocupação e no advento da guerra da Coreia não abrir brechas que pudessem ser ocupadas pelos soviéticos, conforme veremos adiante.

Inicialmente os planos dos EUA, consistiam em desmilitarizar e construir no Japão um aliado forte para garantir seus interesses geopolíticos e sua presença militar na região por meio da manutenção de bases estratégicas a ser estabelecidas no território japonês.

A desmilitarização ocorreu por meio da abolição do exército e da força aérea imperial japonesa, o julgamento e expulsão dos líderes militares. Somente a marinha foi mantida e renomeada “Maritime safety board”. Drasticamente reduzida, foi utilizada para a remoção das minas subaquáticas que haviam sido colocadas em torno da costa do Japão. Logo no início do processo de ocupação as forças dos EUA foram estacionadas no Japão: a sétima divisão no Norte, a vigésima quinta na região central do Japão, a vigésima quarta na região oeste e a primeira cavalaria em Tóquio e suas proximidades (MAEDA, 1995).

---

¹⁵ Conforme foi dito por Winston Churchill em seu discurso em 1946, a influência soviética exercida sobre as grandes capitais dos antigos estados da Europa central e Oriental como Praga, Varsóvia, Belgrado, Budapeste, Bucareste e Sofia é como uma cortina de ferro cruzando o continente (CHURCHILL, 2017).

Uma revisão constitucional também era desejada pelos americanos, logo em 1946, MacArthur criou uma comissão para que uma nova Constituição fosse escrita de maneira a dar mais ênfase a democracia e a paz. Todavia a Constituição saiu praticamente idêntica à Constituição Meiji que era vigente. Então, o General nomeou alguns especialistas norte-americanos para trabalhar junto com a comissão e incluir alguns pontos que a tornasse “diferente” (próxima do que os Estados Unidos desejavam para o Japão). A nova Constituição era composta por dois novos artigos que versavam sobre a figura do Imperador e o direito do Japão a Guerra, a saber:

Art.1 “O Imperador deverá ser o símbolo do Estado e da unidade do seu povo, derivando a sua posição a partir da vontade do povo no qual reside a soberania do poder”.

Art.9º ” Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido” (CONSTITUIÇÃO DO JAPÃO).

O artigo 1º relativizava a figura do Imperador negando suas origens divinas tornando-o num símbolo do povo e da democracia. Nos termos da Constituição, o Japão não poderia manter forças armadas, porém a ambiguidade contida nos termos do artigo 9º em questão, acabam permitindo uma interpretação por meio da qual se faz possível a manutenção de forças armadas exclusivamente defensivas. Cabe ressaltar que o artigo 9º foi escrito de uma maneira que ninguém possa ter certeza do seu real significado (DOWER, 2000).

Podemos observar na obra de Kazuhiro Togo (2005), algumas questões importantes relativas à interpretação do artigo 9º. O autor argumenta que a paz internacional deve ser criada e mantida, e que isso requer a correta alocação de Poder. Tal afirmação refuta uma postura passiva em meio a ideologia pacifista

expressa na premissa da não manutenção de potenciais bélicos, mas reforça o seu devido emprego como responsabilidade de um país amante da paz.

Togo observa dois pontos de vista, um realista onde o Japão renunciava a guerra, mas somente como meio de resolução de disputas internacionais; a guerra como uma forma de autodefesa ainda era possível. E um segundo idealista, no qual o Japão renunciava a todo tipo de guerra, tanto para resolver disputas internacionais como para a defesa, ou seja, de acordo com esta última interpretação o Japão possui o direito abstrato de autodefesa, mas sem utilizar forças armadas tornando assim a manutenção das mesmas inconstitucional.

O autor coloca ainda que do ponto de vista do direito internacional¹⁶ o Japão claramente tem direito à autodefesa individual e coletiva. Desde a adoção da Constituição, o artigo 9º foi interpretado de modo a garantir a manutenção do mínimo de forças para autodefesa e vetar a autodefesa coletiva. Logo, qualquer ação em autodefesa coletiva além do mínimo permitido para a defesa nacional é tida como inconstitucional. Tal noção tem afetado a política de segurança do Japão, de maneira a semear um espírito de contenção (TOGO, 2005 p.41).

Em termos racionais, a proximidade com os Estados Unidos seria benéfica para a reconstrução do País, pois trazia oportunidades de reinserção internacional em um mundo onde a racionalidade geopolítica havia mudado radicalmente, e os interesses japoneses iam ao encontro daqueles dos norte-americanos: fortalecer e desenvolver o Japão.

3.2 A Doutrina Yoshida.

A não manutenção de forças armadas e a garantia da presença das forças norte-americanas no Japão, permitiram ao então Primeiro Ministro Shigeru Yoshida

---

¹⁶“Nada na presente carta deverá impedir/obstruir o direito a autodefesa individual ou coletiva (...)”. (art.51, carta da ONU. Tradução livre.

elaborar a política externa com vistas a reconstruir economicamente e garantir a segurança do Japão por meio do alinhamento com os interesses dos EUA¹⁷. A Doutrina Yoshida se define como um conjunto de princípios que norteiam a atuação internacional do Japão por meio da relação simultânea de três diretrizes: ênfase no desenvolvimento econômico, estreita relação com os Estados Unidos e minimalismo político (MENDES, 2018).

Em termos estruturais, o economicismo consiste na relativização das questões geopolíticas e coloca o desenvolvimento econômico como objetivo central do Japão a fim de concretizar o desenvolvimento econômico (PERES, 2009). Esta postura configura o segundo pilar da doutrina que consiste no baixo engajamento nas questões diplomáticas envolvendo a segurança, e por fim o terceiro pilar compreende o bilateralismo com os Estados Unidos¹⁸.

O político acreditava que esse alinhamento em política externa, ainda que custasse a liberdade externa do País, possibilitaria a recuperação econômica do Japão que, à época se encontrava abalada com a derrota do pós-guerra (PERES, 2009). Yoshida usa o receio americano quanto a segurança do país, que poderia pender para o lado soviético, como moeda de barganha para o apoio dos Estados Unidos em sua recuperação econômica (SUGITA, 2016). Sugita (2016) coloca que o Japão, como um Estado mais fraco em uma região instável e com dois gigantes comunistas, encontrou em sua fraqueza a melhor forma de estreitar suas relações com os Estados Unidos.

A Doutrina Yoshida constitui a base da política externa do Japão até os dias de hoje. A ideia essencial consistia em não ter “preocupações” com a defesa,

---

¹⁷ Todos os esforços nacionais deveriam ser direcionados para a recuperação econômica do Japão, O Japão deveria evitar envolver-se em questões militares e político-estratégicas internacionais, alinhamento imediato com Washington no tocante a questões globais, buscar a participação do País em questões globais com a ONU, desde que estas não interfiram no alinhamento com os EUA (UEHARA, 2012)

¹⁸ A aliança entre japoneses e norte-americanos passava a ser determinante para o sucesso do Japão na segunda metade do século XX. A Doutrina Yoshida, portanto, não funciona como estratégia nacional eficaz sem o comprometimento dos Estados Unidos com relação a política de segurança para o Japão, permitindo com isso, a recuperação econômica do arquipélago japonês. (PERES 2009 p.7 apud MENDES, 2018).

permitindo que este aspecto se tornasse uma incumbência norte-americana por meio da presença militar dos EUA no Japão.

Desta maneira o País norte-americano manteria bases militares em uma região estratégica em relação a União Soviética, e a segurança do Japão estaria garantida. O Japão estava livre de ser levado a conflitos pelos EUA e preocupações militares graças ao dispositivo constitucional representado pelo artigo 9º, todavia a Guerra da Coreia e os avanços comunistas viriam a mostrar uma realidade diferente ao Japão.

3.3 A Guerra da Coreia e a Criação das Forças de Autodefesa do Japão.

A Guerra da Coreia serviu para mostrar aos norte-americanos que seria inviável manter o Japão desmilitarizado em meio à Guerra Fria.

Após a capitulação do Japão, a Coreia deixou de ser um território japonês e foi dividida em duas zonas de influência¹⁹ separadas pelo paralelo 38. No dia 25 de junho de 1950, os norte-coreanos ultrapassaram os limites estabelecidos em uma ofensiva contra os sul-coreanos, que estavam armados de maneira muito precária²⁰ incapazes de resistir a investida do Norte.

Após a aprovação de medidas militares para que fosse reestabelecida a paz na Península Coreana no conselho de segurança da ONU em 29 de junho do mesmo ano, MacArthur recebeu ordens de Washington para conter o conflito e capturar Piongyang. Após deixar Tóquio e chegar em Suwon, o General teve notícias de que Seoul já estava praticamente ocupada, e não havia outra opção além de mover as tropas norte-americanas que estavam ocupando o Japão, para o conflito.

A Guerra da Coreia estendeu-se até o ano de 1953, em termos econômicos serviu para que houvessem investimentos norte-americanos na economia do Japão

---

¹⁹ A região norte da Coreia tornou-se zona de influência da URSS e o Sul dos Estados Unidos, ambos ocupados por tropas dos Países.

²⁰ Mantê-los desprovidos de forças aéreas ou navais, tanques e armas pesadas, foi uma decisão de Washington (MACARTHUR, 1964).

por meio das aquisições de guerra²¹ (as “Tokuju”) que renderam a entrada de mais de 2 Bilhões de Dólares durante o período da Guerra da Coreia, o que excedeu o total recebido pelo Japão dos EUA por outras vias entre 1945 e 1951 (DOWER, 1999). Com a autorização do Presidente Truman, MacArthur deslocou parte das tropas de ocupação para combater na guerra da Coreia, mas já pensando na segurança do Japão e em como poderia utilizar forças nativas para a segurança do Arquipélago (MAEDA, 1995).

O problema de deslocar completamente as tropas para o conflito era deixar uma abertura para uma possível invasão soviética ao Japão pelo Norte. MacArthur pensou então em reforçar a força nacional de polícia e enviou uma diretiva ao então Primeiro Ministro Yoshida dizendo que “autorizava o aumento das forças policiais em 70 000 membros”.

Embora não tivesse pedido autorização para tal, Yoshida expressou a prontidão japonesa a situação ao seu redor e criou uma força de segurança de 50.000 membros. Críticos da iniciativa clamavam que esse era o primeiro passo para levar o Japão de volta as armas e que tal medida era inconstitucional. Neste caso o artigo 9º foi interpretado de maneira realista, uma vez que essa reserva policial foi criada como meio de manutenção da ordem interna e concebida por MacArthur como uma forma de prevenir a invasão do Arquipélago ou insurreições comunistas. Esse processo foi o primeiro passo para a criação das forças de autodefesa do Japão (TOGO, 2005 p.53).

As Forças de Autodefesa foram inicialmente concebidas como uma força de polícia com equipamentos além do normal, como tanques e bazucas. As Forças de Segurança compostas por 50.000 membros, embora fossem mais bem equipadas que as forças policiais convencionais²², eram claramente insuficientes na visão tanto

---

²¹ Essas aquisições consistiam em uniformes, medicamentos, máquinas, bebidas, papel, além de armas leves e bombas incendiárias, apesar de estas últimas serem proibidas (DOWER, 1999).

²² A reserva nacional de polícia dispunha de tanques e lança-mísseis além de outros armamentos pesados, diferentemente das forças policiais normais (MAEDA, 1995).

dos EUA quanto do Japão. O General McArthur sugeriu a manutenção de 10 divisões e 300.000 oficiais em uma nova expansão das forças de defesa, Yoshida sugeriu 110.000. Em 1953, foram estabelecidas 10 divisões com 180.000 homens.

Após a assinatura do “Mutual Security Agreement”, conforme veremos adiante, a presença militar norte-americana foi permitida no território japonês, e o Japão deveria manter apenas um efetivo necessário para a sua segurança. Mas com a assinatura do acordo, os Estados Unidos passaram a pressionar muito mais para um fortalecimento e maior investimento nas Forças de Autodefesa, pois precisavam de um aliado forte, mas com as capacidades limitadas na região do sudeste asiático. Meses depois da assinatura do MSA, foi levado ao parlamento um projeto de lei que visava a unificação da Reserva Nacional de Polícia e a “Maritime Safety Board” e suas capacidades fossem aumentadas. Foram então renomeadas Forças de Segurança Nacional, fato esse que causou desconforto nos países vizinhos e por mais que Yoshida afirmasse que o objetivo dessa instituição era a manutenção da paz e a segurança interna do país, as Forças de Segurança não eram mais uma força policial com características e atribuições convencionais, uma vez que recebia equipamentos pesados (WATANABE, 2012).

Houve um aumento contingencial para um total de 110.000 homens e passaram a contar com um modelo de educação militar norte-americano (MAEDA, 1995). Os Estados Unidos viram com bons olhos a união das instituições, e a partir da criação das Forças de Segurança Nacional, o Japão começou a se equipar com Fragatas Tacoma, Caças L20 e Tanques de guerra. Ofereceram também por meio do MSA ajuda financeira ao Japão em troca da expansão das Forças de Segurança Nacional para 350.000 homens, aumento contingencial esse que foi inicialmente negado pelo Japão (PYLE, 2007, p.234).

Por meio da Lei do MSA, os EUA financiavam a expansão militar japonesa, mas pressionavam por sua maior interação nas alianças de defesa Japão-EUA. Yoshida viu nesta situação uma oportunidade de comércio para o Japão, ao passo que ceder

às pressões por militarização poderia levar o País a ser levado a conflitos pelos Estados Unidos. Nesse momento Yoshida e os líderes do Ministério de Comércio Internacional e Indústria encontraram uma resposta para esse dilema: Criar indústrias que exportassem armamentos aos EUA. Assim estariam interagindo na aliança, trazendo novas tecnologias ao Japão por meio da coprodução de armamentos para os EUA, faturando e buscando o desenvolvimento econômico (PYLE, 2007).

Foi proposto em negociação, pelo representante dos Estados Unidos, Walter Robertson, que as Forças de Segurança Nacional passassem a contar com 13.500 membros e 18 destroieres na divisão marítima, 30.000 membros e 800 caças na divisão aérea e 325.000 membros na divisão terrestre. O enviado de Yoshida, Hayato Ikeda, colocou que o Japão não poderia se comprometer com tal aumento por razões constitucionais. Robertson questionou sobre a viabilidade de uma reforma constitucional, mas esta estava fora de questão para Ikeda. O resultado da negociação foi de aumentar a divisão marítima para 16.555 membros, a divisão aérea para 20.700 membros e a divisão terrestre para 180.000. Foi anunciado então, que o Japão aumentaria as suas capacidades defensivas no mesmo passo de seu desenvolvimento econômico, com o fim de substituir as forças dos EUA gradativamente (MAEDA, 1995).

Em setembro de 1953, Yoshida percebeu a necessidade de renomear as Forças de Segurança Nacional para Forças de Autodefesa, em virtude de seu crescimento. Em janeiro do ano seguinte, Shigueru Yoshida propôs a criação de uma Agência de Defesa e Força Aérea, a ser integrada a Força de Segurança Nacional. Esse processo institucional acabou por dar origem às Forças de Autodefesa do Japão (Jieitai).

3.3 O Tratado de Segurança Mútua com os Estados Unidos e o Retorno da Soberania ao Japão.

No início da década de 50 já era pensado um tratado de segurança que pudesse ser firmado juntamente com a devolução da soberania ao Japão, de modo a manter os laços estabelecidos com os norte-americanos.

John F. Dulles esteve no Japão em 1950 para planejar o Tratado de paz entre os EUA e o Japão. Negociaria a devolução da soberania ao País com base em alguns princípios, tais como incluir no tratado apenas países que não tivessem objeções ao retorno da soberania ao Japão da maneira como seria feito; os países signatários deixariam suas demandas contra o Japão sem exceções; o Japão receberia o tratamento de nação mais favorecida até que um novo tratado para governar as relações econômicas entre o País e os signatários fosse elaborado; a segurança nacional japonesa seria garantida com base na responsabilidade cooperativa entre as forças norte-americanas e as bases japonesas; Okinawa seria deixada sob cuidado dos Estados Unidos²³. De 4 a 8 de setembro de 1951 a conferência do Tratado de paz aconteceu em São Francisco, nos EUA, todavia a principal questão emergente foi a do rearmamento japonês.

As forças de ocupação se retirariam do País, mas haveria a possibilidade de permanência de forças armadas de outro país, se assim fosse firmado por outro tratado. Tal medida abria espaço para um tratado de segurança entre o Japão e este “outro País”. Em 8 de setembro de 1951 no mesmo local onde foi assinado o tratado de paz, também foi concluído o tratado de segurança mútua entre o Japão e os Estados Unidos.

Nos termos do tratado, o Japão reconhecia a independência da Coreia, renunciava aos seus direitos a Taiwan, Pescadores, Kurilas e a região sul de Sacalina (art.2,3).

O artigo 5 do tratado reiterava a resolução de controvérsias internacionais de maneira pacífica e também o direito internacional do Japão de agir em autodefesa coletiva e individual. O Artigo 14 confirmava as reparações de guerra que o Japão

---

²³ As Ilhas foram devolvidas ao Japão em 15 de maio de 1972 (TOGO, 2005).

deveria pagar aos aliados, ao passo que também reconhecia a insuficiência dos recursos japoneses para esses fins, então as reparações seriam negociadas para um total mutualmente aceitável (TOGO, 2005). Okinawa ficou sob a tutela dos Estados Unidos e sua devolução viria a ser uma questão importante durante os anos 60 e a primeira metade dos anos 70. O Tratado de São Francisco entrou em vigor em 28 de abril de 1952 devolvendo a soberania ao Japão.

O Tratado de segurança estabelecido em 1951, tinha como objetivo garantir a presença militar dos norte-americanos na região, após a devolução da soberania ao Japão. Neste ponto, podemos imaginar o Japão como um País soberano, autônomo para romper as relações com os Estados Unidos, reformar sua Constituição e dismantelar as forças de autodefesa, colocando assim um fim nas imposições feitas pelos norte-americanos durante o período da ocupação, e seguindo a via pacífica presente em sua Constituição. Quando a soberania foi restaurada ao Japão, o País ainda não havia se recuperado totalmente dos danos da guerra. A continuidade das relações especiais com os Estados Unidos foram o caminho escolhido para a reconstrução econômica do País, sem envolver-se em conflitos.

Como a Doutrina Yoshida foi continuada os rumos do País em política externa mantiveram sua orientação pró-Estados Unidos. A criação e manutenção da Doutrina, pode ser explicada pelo que Kenneth Waltz chama de “Bandwagoning” em sua obra *Theory of International relations* (1979, p.126). De acordo com Waltz, a anarquia sistêmica faz com que os estados busquem segurança como seu objetivo principal, para só então perseguir objetivos como tranquilidade, lucro ou poder.

Em um sistema internacional bipolar ou multipolar, os Estados buscam unir-se em coalisões e pender para um lado oposto ao do grande poder, de modo a balancear poder com o estado Hegemônico no que o autor chama de “Balancing”. Por outro lado, o “Bandwagoning” trata de quando um Estado mais fraco, buscando ganho em sua segurança se alia ao poder hegemônico. Waltz também coloca que a principal preocupação dos Estados não é maximizar poder, mas manter sua posição no sistema (p.126).

Na ocasião da devolução da soberania ao Japão, o País já havia passado pelas reformas econômicas e políticas impostas pelos Estados Unidos, bem como recebido incentivos econômicos na forma de ajuda humanitária dos norte-americanos, mas ainda não havia recuperado seu status de potência econômica.

O alinhamento em política externa e defesa entre os Países foi inicialmente uma imposição e herança do período da ocupação, mas mantê-lo após reaver a soberania de modo a deixar a segurança do País se tornar uma incumbência norte-americana em troca da liberdade em sua política externa, mostra-se como uma escolha racional feita pelo governo japonês, dados os incentivos sistêmicos da Guerra Fria. O “Bandwagoning” foi uma forma de reinserir o Japão econômica e internacionalmente, seguindo os incentivos dos interesses geopolíticos dos Estados Unidos em manter bases militares estratégicas em relação a URSS no território japonês, permitindo ao Japão direcionar sua atenção a reabilitação econômica, mesmo com a tensão da Guerra Fria.

3.4 A Revisão dos Tratados de Segurança e a Reinserção Internacional do Japão.

A devolução da soberania ao Japão foi o primeiro passo rumo à sua reinserção no sistema internacional, a conclusão dos Tratados também transmitia a ideia de que o futuro que seria construído pelos japoneses, incluía os Estados Unidos como aliados. Todavia, alguns termos do Tratado de segurança incomodavam os japoneses, como a garantia aos norte-americanos de intervir em grandes tumultos ou perturbações causadas por outros países dentro do Japão e a impossibilidade de o País manter acordos de segurança com outros países sem consulta prévia aos Estados Unidos.

O primeiro tratado refletia a natureza subordinativa entre os dois países herdada da ocupação: o Japão era obrigado a garantir o uso de bases em seu

território para os Estados Unidos e os norte-americanos não eram obrigados a defender o Japão nos termos do tratado (HENSHALL, 2008).

Durante os anos 50, a revisão do Tratado se tornaria uma questão importante na agenda das relações Japão-EUA. A primeira tentativa de revisão do tratado ocorreu em agosto de 1955 e propunha a erradicação das desigualdades nele contidas e a criação de um novo Tratado de segurança mutua. Esta foi rejeitada pelo secretário de estado norte-americano John F. Dulles, sob a alegação de que o Japão não dispunha da prontidão tão pouco do poder para tal.

Tendo em vista a melhora na posição do Japão, o Primeiro Ministro Kishi Nobusuke criou a política básica para a defesa nacional em 1956 (Basic Policy for National Defence). Suas prerrogativas básicas eram impedir agressão, proteger a paz e aderir aos Tratados com os Estados Unidos²⁴.

Essa segunda tentativa foi bem-recebida pelos norte-americanos e um acordo básico com vistas a revisão do tratado de segurança foi conquistado, entre Kishi e o Presidente Eisenhower. Diversas razões podem ser observadas para tal: O Japão havia encerrado suas relações diplomáticas com a URSS em 1956 e feito membro da ONU no mesmo ano; O País tinha alcançado um status mais proeminente na comunidade internacional e o Tratado não era adequado a esse cenário. O Primeiro Ministro Kishi sabia que agir de maneira precipitosa, não traria resultados expressivos nessa negociação (TOGO, 2005. p.58).

Após mais de um ano de preparação, a nova versão do Tratado (New Treaty of Mutual Cooperation and Security) foi assinada em 19 de janeiro de 1960 em Washington, e revisava todos os problemas observados pelos japoneses em relação ao tratado original, passando a vigorar em 23 de junho de 1960.

---

²⁴ O propósito da defesa nacional é antecipar a agressão direta ou indireta e impedi-la de ocorrer e proteger a paz e a independência do Japão, que tem embasado seu curso na democracia. Para promover esse objetivo, a promoção de esforços para a paz, o apoio a ONU e o estabelecimento de fundações para a segurança nacional por meio da promoção da melhoria no padrão de vida da população e do patriotismo e o desenvolvimento de eficientes capacidades defensivas dentro do necessário para a autodefesa e utilizar-se dos acordos de segurança com os EUA para tratar de assuntos de agressão externa até que a ONU esteja pronta para assumir tal papel (WATANABE, 2012).

Em termos práticos, a obrigação dos Estados Unidos de defender o território japonês em caso de ataque era prevista da seguinte maneira: “Cada membro reconhece que um ataque armado contra ambos no território sob administração do Japão seria perigoso para a paz e a segurança de ambos e declaram que agirão para enfrentar o perigo comum de acordo com suas provisões e processos constitucionais” (Ministry of Foreign Affairs of Japan. Tradução nossa).

Esta foi a maior mudança em relação ao tratado anterior, embora a permissão para o uso das instalações militares e manutenção de bases norte-americanas no Japão fosse mantida (artigo VI), uma observação oficial foi feita pelo Primeiro Ministro Kishi e o Secretário de Estado, com relação ao artigo VI: “Caso sejam realizadas grandes mudanças no envio de forças norte-americanas ao Japão, no seu equipamento e o uso de instalações e áreas no Japão como bases para operações militares de combate iniciadas a partir do Japão, além do previsto no artigo V do presente Tratado, deverão ser previamente consultadas com o governo do Japão” (TOGO, 2005).

Essa observação oficial colocava que para o envio de tropas ou equipamento ao Japão e o uso de instalações para operações de combate, os Estados Unidos precisariam consultar previamente o governo japonês. Também foram removidas as cláusulas que garantiam poder de intervenção dos norte-americanos em casos de revolta provocada por outros países no Japão e que impediam o Japão de firmar Tratados com países terceiros.

O Tratado também incluía princípios base de segurança da Carta das Nações Unidas (art.1), cooperação (art.2), desenvolvimento de capacidades para resistir a ataques armados sujeito a provisões constitucionais (art.3), consulta prévia (art.4), e o reconhecimento da precedência da Carta da ONU sobre o Tratado (art.7) (Ministry of Foreign Affairs of Japan).

O novo Tratado criou uma nova assimetria. Antes da sua revisão havia um entendimento de que os Estados Unidos tinham o direito de utilizar as áreas e instalações no Japão, mas não tinham o dever de defendê-lo. Após a revisão essa

assimetria foi resolvida, uma vez que os norte-americanos mantiveram o direito de utilizar as bases e instalações, mas agora eram obrigados a defender o Japão caso atacado, o Japão por sua vez não é obrigado a defender os Estados Unidos caso atacados (TOGO, 2005).

Tal assimetria é um resultado direto do entrave constitucional representado pelo artigo 9º quanto ao não-envolvimento japonês em conflitos, a restrição do poder bélico ao mínimo necessário para a defesa e o comprometimento norte-americano de defender o Japão em caso de ataques, expresso nos termos do Tratado que até os dias de hoje representa a base fundamental das relações de segurança do Japão com os Estados Unidos.

3.5 A Política de Defesa do Japão no Final da Guerra Fria e o Pós-Realismo.

Em 1964, o Japão já havia recuperado a sua condição de potência econômica. Foi feito membro da ONU em 1956, e recebeu os jogos Olímpicos em Tóquio em 1964, fato este que demonstrou o prestígio do Japão na comunidade internacional. Porém, as tensões da Guerra Fria durante os anos 60 e 70 trouxeram insegurança quanto as relações Japão e Estados Unidos, levando os japoneses a repensar alguns aspectos de sua defesa durante a década de 70 conforme veremos adiante.

Entre os fatores externos, podemos citar os Choques do Petróleo que ocorreram em 1973, quando os países árabes multiplicaram por 5 o preço do petróleo levando a inflação do Japão a níveis altos, bem como o fim da Guerra do Vietnam²⁵, que juntamente com o que os japoneses chamaram de os “Choques de Nixon”²⁶ levaram o governo japonês a pensar os rumos de sua política de defesa de maneira

---

²⁵ Os japoneses não interferiram na guerra, mas permitiram aos EUA usar as bases militares no território japonês.

²⁶ Fim do padrão dólar-ouro e a visita de Nixon a china em 1972, deixaram os japoneses sem saber como agir. A normalização das relações Sino-americanas, acabaram por levar o governo japonês ao diálogo com a China (a época o Japão reconhecia somente Taiwan como representante Chinês). O fim do valor fixo lene-Dólar também afetaria a competitividade da moeda japonesa internacionalmente. Nixon também aumentou as taxas a importação de diversos produtos japoneses em 10% (WATANABE, 2012).

mais autônoma e proativa, demonstrando assim a capacidade do Japão em defender-se sem descartar o papel do Tratado de defesa com os Estados Unidos.

Apesar de baixo, o investimento nas Forças de Autodefesa aumentou juntamente com a economia. Na década foram realizados dois programas de modernização da Defesa (1962-1966 e 1967-1971) tendo como objetivo aumentar a defesa contra invasões por meios convencionais²⁷ (WATANABE, 2012). No início era dedicado 1.23% do PIB, já no final da década esse montante caiu para 0.79% (TADOKORO, 2009).

Concebida inicialmente como uma forma de transmitir a impressão que o Japão dispunha da capacidade de arcar mais ativamente com sua própria segurança, a NDPO (National Defence Programme Outline) foi lançada em 1976 e foi tida como a segunda maior decisão em termos de política defensiva depois da adoção da Basic Policy for National Defence em 1957.

Baseada nos conceitos de força básica de defesa, a política versa sobre a responsabilidade do Japão em termos regionais: “O Japão deve possuir a capacidade mínima necessária para uma nação independente realizar sua defesa e para que não se torne uma fonte de instabilidade em sua área de inserção dando origem a um vácuo de poder, devendo para tanto desenvolver uma capacidade defensiva diretamente ligada a ameaças militares ao Japão” (TOGO, 2005.). A NDPO também reafirmava o valor da Aliança de Segurança com os EUA para a segurança nacional japonesa.

A dieta pressionou o governo, que justificava a necessidade da criação de uma doutrina militar, desprovida de uma explicação sobre os limites de “Defesa”, todavia a razão para tal era vinda dos temores da Agência de Defesa, do Ministério das Relações Exteriores e do Partido Liberal Democrata, da possível retirada das bases norte-americanas do território japonês a época. Sendo assim, pouco tempo após a aprovação da NDPO outra decisão foi tomada no sentido de manter os investimentos

---

²⁷ Os equipamentos militares foram modernizados e o orçamento foi aumentado num período de 10 anos de 157 Bilhões de Ienes para 569 Bilhões.

em defesa abaixo de 1% do produto nacional bruto, mantendo assim o caráter defensivo das Forças de Autodefesa e os ânimos dos pacifistas contidos (WATANABE, 2012).

Em termos teóricos, o fato de o Japão ter recuperado seu status de potência econômica durante os anos 60 deveria vir acompanhado do aumento de seu poder militar, balanceando assim poder com os Estados Unidos e a União Soviética. Entretanto este fato não se confirmou e o Japão manteve as bases de sua política defensiva, contradizendo as expectativas teóricas Neorrealistas. Waltz (1979) analisa o caso japonês como anômalo no sistema internacional, pelo fato do Japão não buscar medidas para balancear seu poder militar com o das superpotências.

Waltz coloca que os Estados sempre irão buscar parear seu poder militar e econômico, armando-se ofensivamente para aumentar sua sensação de segurança em relação aos outros Estados (WALTZ, 1979).

A teoria postula também, que os Estados primam por sua sobrevivência. Para tal buscam um maior poder militar com o objetivo de aumentar a sua segurança em relação aos demais, reagindo a pressão da anarquia sistêmica. Os Estados vizinhos percebem essas ações como uma ameaça a própria segurança e buscam também aumentar suas capacidades militares preparando-se para o pior cenário possível, dando origem a uma corrida armamentista de escalada em espiral, podendo levar ao conflito, este fenômeno é chamado de dilema de segurança (HERZ, 1950). Os Estados devem aceitar as custas econômicas de manter seu poder militar compatível com a realidade sistêmica de modo a garantir e alocar o poder necessário para sobreviver ao pior cenário possível.

Todavia o Pós realismo compreendido por Stephen Brooks (1997), contradiz a lógica de obter Poder militar a qualquer custo como uma maneira de garantir a sobrevivência, pois analisa que os Estados são sensíveis as custas econômicas do fortalecimento militar, e a probabilidade de agressão. Logo estes tendem a primar pela estabilidade e equilíbrio de Poder econômico e prático. O autor percebe também que os Estados reagem à probabilidade e não possibilidade de conflito. Esta

probabilidade flutua sobre fatores internacionais como geografia, tecnologia, e pressão econômica internacional (BROOKS, 1997). Os Estados tendem a optar por uma postura defensiva de modo a manter o equilíbrio do Status Quo e não perturbar a paz internacional.

De acordo com Tsuyoshi Kawazaki (2001) o objetivo da política de segurança básica do Japão é manter a intensidade do dilema de segurança no nordeste asiático estável. Para tal, o Japão mantém sua Aliança com os EUA e modestas capacidades defensivas militares. Quaisquer outras medidas somente serviriam para criar um vácuo de poder ou gerar enormes encargos financeiros na economia. O autor coloca ainda que a aliança com os EUA mantém o dilema de segurança em intensidade moderada graças ao efeito dissuasivo da Aliança, que também mantém a expansão militar japonesa em níveis baixos. Esse baixo nível de militarização é essencial para não desencadear a intensificação espiral do dilema na região. Por um lado, um Japão demasiadamente militarizado e/ou dotado de capacidades nucleares pensado para o pior cenário possível, iniciaria uma corrida armamentista na região com um imenso fardo financeiro. Por outro ângulo com um Poder militar muito baixo, no caso extremo de uma postura neutra e sem armas, tornaria o Japão num vácuo de Poder possibilitando a intervenção de superpotências (incluindo os Estados Unidos) a fim de manter um Japão economicamente forte e estrategicamente situado, sob seu controle.

As Forças de Autodefesa foram criadas para frustrar qualquer tentativa de agressão contra o território japonês sem representar uma ameaça aos países vizinhos. Sua missão sempre foi a de buscar a segurança. Teoricamente, figuravam somente dois casos em que o Japão repensaria sua política de defesa: caso as capacidades navais da União Soviética suplantasse a proteção da combinação das Forças de Autodefesa e das forças dos Estados Unidos no Japão ou se os norte-americanos dissolvessem a Aliança de Segurança com o Japão. Todavia, nenhum dos casos se concretizou e a militarização soviética no início dos anos 80 não foi suficiente para eliminar a superioridade defensiva da Aliança (KAWAZAKI, 2001).

A Aliança com os Estados Unidos e as Forças de Autodefesa constituem uma prevenção a ambos os cenários, sem grandes custos a economia. Kawazaki analisa que o dilema de segurança regional (como uma preocupação primária) e os recursos econômicos (como preocupação secundária) são fatores explicativos por trás da iniciativa de estabelecer as bases da política defensiva do Japão, de maneira a reafirmar o valor da Aliança com os Estados Unidos e a capacidade japonesa em defender-se contra possíveis agressões, representada pela NDPO.

Em 1978 o Primeiro Ministro Takeo Fukuda iniciou mudanças que estreitaram os laços de segurança com os Estados Unidos novamente. A primeira delas foi o aumento substancial do suporte financeiro destinado a manutenção das tropas americanas no Japão. Este suporte chegou a U\$3.2 Bilhões em 1990 (TOGO, 2005).

Em visita a Washington em 1983, o novo Primeiro Ministro Nakasone Yasuhiro, falou sobre a Aliança Japão-Estados Unidos e também declarou sua intenção de aumentar os gastos com defesa no orçamento nacional, e facilitar a exportação de armas do Japão para os Estados Unidos.

No final dos anos 80 a administração Reagan pensou um esquema grandioso para contra-atacar um possível ataque balístico da URSS, do espaço. Os norte-americanos convidaram o Japão para participar do projeto que foi nomeado "Space Defense Initiative" (SDI). Tal iniciativa acabou por mostrar a URSS que entrar em uma corrida armamentista com os EUA poderia resultar em problemas econômicos. Após meses de pesquisa sobre a viabilidade do projeto, o Japão decidiu tomar parte no mesmo. Outra questão foi o teto de 1% do PIB destinado a defesa que foi removido em 1987, com o objetivo de demonstrar a prontidão do Japão em arcar com maiores responsabilidades inerentes a defesa (HENSHALL, 2008).

Em termos internacionais, a retirada da URSS do Afeganistão em 1989, a queda do muro de Berlim em 1989 e a conferência EUA-URSS de Malta no mesmo ano, bem como a reunificação da Alemanha em 1990, eram sinais de que a Guerra Fria chegava ao seu fim, fato que se confirmou em dezembro de 1991, levando o Japão a uma nova realidade internacional onde teria que adaptar-se aos novos tempos.

Podemos concluir que a previsão Neorrealista de Waltz, que o Japão após se tornar uma potência econômica inevitavelmente se tornaria uma potência militar, não se confirmou em virtude a própria percepção japonesa do Dilema de Segurança na Ásia. Conforme pudemos observar ao longo do período estudado a política externa japonesa é construída de maneira a compreender o sistema internacional e adaptar-se a ele. E no final da Guerra Fria, quaisquer ações autônomas em termos de fortalecimento militar que o Japão tomasse causaria uma reação igual na União Soviética e em seus países vizinhos, aumentando a tensão e insegurança regional por meio do aumento em seu Poder. O Poder explicativo do Pós-realismo é superior ao do Neorrealismo no caso japonês, a partir do ponto em que o Japão readquire sua posição de potência econômica no sistema internacional e não aumenta seu Poder militar, demonstrando uma grande sensibilidade quanto as custas que tal ação traria em termos econômicos e também desestabilizaria a balança de poder na Ásia, pois geraria insegurança em seus vizinhos e faria com que buscassem também aumentar seu Poder, gerando tensões.

A compreensão de que manter poder econômico e minimizar a probabilidade de conflitos combina com a busca por estabilidade expressa na Doutrina Yoshida, que desde a ocupação do Japão pelos aliados, adaptou-se a nova racionalidade sistêmica do pós-guerra na qual a ênfase das disputas de Poder entre os Estados se dariam no cenário econômico.

CONCLUSÃO.

Ao analisarmos os fatores intervenientes na evolução da política de defesa do Japão, não podemos ignorar a sensibilidade a realidade geopolítica e a reatividade aos incentivos sistêmicos representados pelos desafios para a inserção internacional do País em sua modernização no início do Século XX e após a sua devastação no final da Guerra do Pacífico.

Podemos afirmar que a leitura da situação geopolítica na Ásia levando em consideração a segurança e a posição internacional do Japão foram os fatores centrais nas tomadas de decisão desde a sua abertura ao mundo das relações internacionais até o final da Guerra Fria. Estes fatores inicialmente podem ser percebidos na forma do constante aumento na presença militar e exercício da influência dos ocidentais pela Ásia na segunda metade do Século XIX, colocando a independência do Japão em risco.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, notamos que a reconstrução econômica e física do Arquipélago japonês se deu em um cenário geopolítico completamente diferente do início do século XX. Houve o risco de o País ser dividido da mesma forma que foi feito com a Alemanha, dada a disputa por influência entre os Estados Unidos e a URSS.

O pensamento em defesa do País foi construído e moldado de modo a compreender a realidade de cada período. Não ser colonizado pelos ocidentais, por meio da modernização, desenvolvimento econômico e militar e a inserção internacional foram as primeiras iniciativas para garantir a independência do País, de maneira racional, conforme postula o Realismo Clássico. O Japão seria dominado pelos ocidentais ou buscaria Poder para figurar como uma potência no cenário internacional.

A expansão militarista que ocorreu durante a primeira metade do Século XX foi consequência da busca por recursos para garantir o desenvolvimento econômico sustentável do Arquipélago, dadas as suas reduzidas dimensões territoriais. A

campanha expansionista do Japão durante as duas guerras mundiais, refletia o colonialismo que dominava as relações de Poder no sistema internacional entre os países mais desenvolvidos e os que eram tidos por estes como incivilizados.

Alguns autores argumentam que o problema do expansionismo japonês consistiu na projeção de uma revisão da realidade geopolítica asiática, pautada no nacionalismo extremo pelos militares japoneses da época, levando-os a subestimar a capacidade de reação dos ocidentais e acreditar que o Japão poderia habilmente controlar os recursos da Ásia, e enfrentar uma guerra mais intensa contra os ocidentais, resultando na Guerra do Pacífico.

Tal política expansionista na qual a racionalidade realista pode ser observada, com vistas a garantir a sobrevivência do País e conquistar uma posição de potência no sistema internacional, acabou por levar a Guerra do Pacífico contra os EUA, que teve um final trágico e levou o Japão a uma nova realidade doméstica e internacional.

A ocupação do Japão foi um período onde os Estados Unidos decidiram quais rumos o País deveria trilhar em sua política externa, por meio de restrições normativas e imposições que acabaram por legar um caminho pacifista, em meio a tensão da Guerra Fria que se seguiria.

O governo do então Primeiro Ministro Yoshida foi capaz de perceber a realidade internacional, e articular a política externa do Japão de modo a garantir a estabilidade necessária para a reabilitação internacional e desenvolvimento econômico do País, com o direcionamento de uma política externa pró-estadunidense para os próximos anos, criando um elo com os norte-americanos.

As questões geopolíticas e a bipolaridade da Guerra Fria também acabaram por influenciar as escolhas do Japão para sua política defensiva.

Podemos observar na decisão por manter suas forças defensivas com um poder moderadamente baixo, o suficiente para garantir a proteção do Arquipélago sem desestabilizar o equilíbrio de Poder na região asiática, o ponto de discordância com as predições Neorrealistas que indicavam que o País, após desenvolver-se economicamente balancearia poder com as potências do sistema internacional como

uma reação a possibilidade de conflito naqueles dias, buscando garantir a sua sobrevivência. Todavia, a lógica aplicada pelos Neorrealistas não compreendeu as custas econômicas de balancear poder com os EUA e URSS durante a Guerra Fria, ou mesmo a insegurança que um Japão altamente militarizado traria a região asiática, causando uma reação idêntica em seus vizinhos e comprometendo assim não somente a segurança do Arquipélago, mas seu desenvolvimento econômico.

O cunho pacifista presente nas ações do País durante a Guerra Fria, de fato refletem o caráter do Japão após a Segunda Guerra Mundial, mas de igual forma demonstram também a racionalidade intrínseca na percepção e reatividade a realidade internacional, por meio da leitura hábil da geopolítica de cada período e do seu posicionamento estratégico em política externa, de modo a garantir o desenvolvimento e a segurança do Japão de acordo com as regras do jogo internacional de cada época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raimond. **Peace and War. A Theory of International Relations.** Stanley Hoffman International Studies Quarterly, 1962.

BRADLEY, James. **O Cruzeiro Imperial, Uma História Secreta de Império e Guerra.** São Paulo: Larousse, 2010.

BROOKS, Stephen. **Dueling Realisms.** International Organization, Vol. 51, Nr 3, 1997.

BURTON, David Henry. **Cecil Spring Rice: A diplomat's Life.** Fairleigh Dickinson University Press, 1990.

BUZAN, Barry. **From International System to International Society: Structural Realism and Regime Theory meet the English School.** MIT Press, 1993.

CARTA DA ONU DE 1951. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>

CONSTITUIÇÃO DO JAPÃO DE 1946. Disponível em: <http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>

CHAPNIK, Adam. **The Middle Power.** Canadian Foreign Policy, 1999.

CHURCHILL, WINSTON S. **The Sinews of Peace.** The International Churchill Society, 2017.

CLAUZEWITZ, Carl V. HOWARD, Michael. PARET, Peter. BRODIE, Bernard. **Of War.** Princeton, NJ Princeton University Press, 1984.

COONEY, Kevin. **Japan's Foreign Policy since 1945.** Nova York: M.E. SHARPE, 2006.

DONALDSON, R.; NOGEE, J. **The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests.** Nova York: M.E Sharpe, 2009.

DOWER, John. **Embracing Defeat: Japan in the Wake of World War II.** Nova York: W.W. Norton & Co., 2000.

DUARTE, Geraldine. **Realismo clássico versus Realismo Estrutural.** E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH, 2011.

GILPIN, Robert. **The Realist Quest for the Dynamics of Power.** In NEWMANN, Iver B. **The Future of International Relations: Masters in Making?** London Routledge, 1997.

GLASER, Charles. **Realists as Optimists: Cooperation and Self-Help.** International Security 19, 1994.

GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to Present.** Oxford University Press, 2003.

HARRINGTON, Peter. **Peking 1900: The Boxer Rebellion.** Oxford: Osprey, 2001.

HENSHALL, Kenneth. **História do Japão**. Macmillan Publishers, 2008.

HERZ, John H. **Idealist Internationalism and the Security Dilemma**. World Politics vol. 2, no. 2 1950. Cambridge University Press.

HOBBS, Thomas; GASKIN, John C. A. **The Leviathan**. Oxford, Oxford University Press, 1998.

HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JERVIS, Robert. **Cooperation Under Internationalism and the Security Dilemma**. World Politics Vol.30, no. 2. Cambridge University Press, 1978.

KAWASAKI, Tsuyoshi. **Postclassical Realism and Japanese Security Policy**. The Pacific Review, Vol 14, Nr 2, 2001.

KRASNER, Stephen. **Defending the National Interest: Raw Materials Investment and U.S Foreign Policy**. Princeton NJ University Press, 1978.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon & Schuster, 1994.

LABS, Eric J. **Beyond Victory: Offensive Realism and the Expansion of War Aims**. Security Studies 6, 1997.

LEESON, Peter T.; DEAN, Andrea. **The Democratic Domino Theory**. American Journal of Political Science, 2009.

MACARTHUR, Douglas. **Reminiscences**. Nova Iorque: Ed.McGraw-Hill. 1995.

MACHIAVELLI, Nicollo; WOOTON David. **The Prince**. Hacket.Pub. Co. 1995

MAEDA, Tetsuo. **The Hidden Army**. Carol Stream: Edition q,inc. 1995.

MEARSHEIMER, John. **The False Promise of International Institutions**. International Security. Vol. 19, No 3, 1994.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. W.W. Norton & Company, 2001.

MENDES, Barbara D. **A Atuação Internacional do Japão no Século XXI: as Transformações da Doutrina Yoshida como Norteadora do Posicionamento Internacional do País**. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP-São Paulo, 2018.

MEYER, Michael. **In Manchuria: A Village Called Wasteland and The Transformation of Rural China**. Bloomsbury USA, 2015.

MIYAZAKI, Silvio. **Economia Evolucionária e Path Dependence do Investimento Japonês: Um Estudo do Leste Asiático no Pré-Segunda Guerra Mundial**. Fundação Getúlio Vargas/EAESP, 2002.

MORGENTHAU, Hans. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. New York: Alfred A. Knopf, 1978.

PECEQUILO, C. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre; UFRGS, 2005.

PERES, L. **A Elite Política Japonesa e a Definição de uma Estratégia de Defesa Nacional: As limitações da Doutrina Yoshida.** Sociologia e Política, I Seminário Nacional de Sociologia & Política, UFPR, 2009.

PYLE, Kenneth B. **Japan Rising: The resurgence of Japanese power and purpose.** Nova York: Public Affairs, 2007.

SUGITA, Yoneyouki. **Pitfall or Panacea: The Irony of US Power in Occupied Japan: 1945-1952.** Nova York: Routledge, 2003.

TADOKORO, M. **The Model of an Economic Power: Japanese Diplomacy in the 1960s.** In YOKIBE, M. **The Diplomatic History of Postwar Japan.** New York: Routledge, 2009

TAKEMAE, Eiji. **The Allied Occupation of Japan.** Nova York: Continuum, 2002.

TOGO, Kazuhiro. **Japan's Foreign Policy 1945-2003: The Quest For Proactive Policy.** Brill academic Pub, 2005.

UEHARA, Alexandre R. **Inserção Internacional do Japão e do Brasil no Século XXI.** Fundação Japão em São Paulo, 2012.

VAN EVERA, Stephen. **Causes of War: Power and the Roots of Conflict.** Cornell University, 1990.

WALT, Stephen. **The Origin of Alliances.** Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics.** Longman Higher Education, 1979.

WATANABE, Paulo D. **Segurança e Política externa do Japão no Pós-Segunda Guerra Mundial**. Unicamp, 2012.

WETZLER, Peter.; MARTIN, Bernd. **The German role in the modernization of Japan – The pitfall of blind acculturation**. Harrassowitz Verlag, 1990.